UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE

EXTENSÃO DE GURUÉ

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Poder de Polícia Administrativa e Suas Limitações: Caso da Policia
Municipal de Gurué

Agostinho Hermínio dos Santos

Gurué, Outubro de 2023

O PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA E SUAS LIMITAÇÕES:
CASO DA POLICIA MUNICIPAL DE GURUÉ

Agostinho Hermínio dos Santos

Dissertação, a ser apresentado na
Universidade Católica de Moçambique
Extensão de Gurué, curso de mestrado em
Administração Pública com finalidade de
conclusão do curso.

Orientador:
Msc. Mércia Francisco João

Gurué, Outubro de 2023

Índice

Declaração	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Lista de Abreviaturas.....	iv
Lista de Tabelas	v
Resumo.....	vi
Abstract.....	vii
CAPITULO – I. INTRODUÇÃO	1
1.1. Introdução.....	1
1.2. Problematização.....	3
1.3. Objectivo	4
1.3.1. Objectivo geral	4
1.3.3. Objectivos específicos	4
1.4. Justificativa.....	4
1.5. Significância/Relevância do estudo.....	5
1.6. Perguntas de partida.....	7
1.7. Delimitação (Espacial, Temporal, Enquadramento temático).....	7
CAPITULO – II. REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA	8
2.1. Conceptual / Teórico	8
2.1.1. Origem e evolução do poder de polícia	8
2.1.2. Conceito de poder de polícia administrativa	9
2.1.3. Poder de polícia municipal	11
2.1.3.1. Contexto municipal.....	11
2.1.4. Fundamentos legais do exercício do poder de polícia administrativa.....	13
2.1.5. Limitações ao exercício do poder de polícia administrativa	14
2.1.6. Limitações ao exercício do poder de polícia municipal	16

2.1.7. Os princípios aplicáveis ao poder de polícia administrativa	17
2.1.8. Os princípios aplicáveis ao poder de polícia municipal	17
2.2. Revisão da literatura empírica	19
2.3. Revisão da literatura focalizada.....	21
CAPITULO – III. METODOLOGIA.....	23
3.1. Definição da metodologia.....	23
3.1.1. Classificação da pesquisa quanto a abordagem.....	23
3.1.2. Classificação da pesquisa quanto a natureza	24
3.1.3. Classificação da pesquisa quanto a procedimentos técnicos	24
3.1.4. Classificação da pesquisa quanto aos objectivos.....	26
3.2. Universo e amostra (critérios de determinação de amostra).....	26
3.2.1. Sujeitos da Pesquisa.....	27
3.3. Técnicas e instrumentos de recolha de dados	27
3.3.1. Entrevistas	27
3.3.2. Observação	28
3.4. Técnicas e instrumentos de análise e validação de dados	28
3.5. Limitações do estudo	28
3.6. Aspectos éticos	29
4. CAPITULO – IV. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	31
4.1. Codificação dos dados	31
4.2. Apresentação dos dados	31
4.3. Análise e Discussão dos Resultados.....	41
4.3.1. Reflexão sobre o conhecimento e atribuições da Polícia Municipal de Gurué no exercício do poder de polícia administrativa.....	41
4.3.2. Limitações práticas das actividades adoptadas pela Polícia Municipal de Gurué no exercício do poder de polícia administrativa.....	42
5. CAPITULO – V. CONCLUSÕES E SUGESTÕES	50

5.1. Conclusões.....	50
5.2. Sugestões	54
Referências bibliográficas	56

Declaração

Declaro por minha honra que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito e que constitui o resultado do meu labor individual, estando indicado ao longo do texto e nas referências bibliográficas todas as fontes utilizadas.

O Estudante

Gurue, ____ de _____ de _____

A Supervisora

Gurue aos ____ de _____ de _____

Dedicatória

Dedico esta dissertação, em primeiro lugar os meus pais, Herminio dos Santos e Laura Joaquim e em segundo lugar os meus filhos, Hermicia Agostinho Herminio, Heiby Agostinho Herminio e Hemerson Agostinho Herminio, pois é por eles que me esforço para alcançar os meus objectivos da melhor forma possível para que possam se orgulhar dos meus efeitos.

O autor

-----/-----2023

A supervisora

-----/-----2023

Agradecimentos

Agradeço minha supervisora, Mestre Mércia João pelo apoio e disponibilidde para me orientar na realização desta dissertação e pelo carinho nos seus ensinamentos e acima de tudo , pela paciência durante tempo todo de ensino e aprendizagem.

A minha família que me acompanhou durante o meu percurso académico, me encentivando e me dando suporte moral.

Agradeço de forma especial a minha esposa Acia Eduardo Ribeiro, pela participação activa na minha vida academica e pessoal, pelo seu auxilio nos diversos momentos e pelo poio que sempre me deu .

Os docentes do curso de mestrado em Administração publica, pelo poio, atenção, paciência, dedicação e acompanhamento durante percurso de dois anos.

Os meus colegas de turma, em especial o Bresneves Jorge pelo companherismo, troca de esperiencias, compreensão, solidriedde e amizade.

Ao Comando da Policia Municipal de Gurué, por ter me aberto porta para realização do presente estudo, ao Comandante da Policia Municipal de Gurué, os gentes da Policia Municipal, aos municipes da autarquia de Gurué, que se disponibilizaram à fazer parte do grupo de entrevistados , vai a minha profunda gratidão, pois sem eles não teria sido possivel realizar a presente dissertação.

Lista de Abreviaturas

PRM – Policia da República de Moçambique

PM – Policia Municipal

Cdte. – Comandante

CAT – Chefe da Associação dos Transportadores

Trns – Transportadores

Cmt – Comerciantes

Lista de Tabelas

Tabela 1. Codificação dos sujeitos da Pesquisa-----	40
---	----

Resumo

O presente estudo tem como tema “O Poder de Polícia Administrativa e suas Limitações”, com foco no caso da Polícia Municipal de Gurué. Este tem como problema a identificação das limitações do poder de polícia administrativa da Polícia Municipal de Gurué e seu impacto na eficácia da aplicação das normas de segurança e ordem pública. A questão de partida levantada refere-se a qual é a extensão desse poder exercido pela Polícia Municipal de Gurué e quais são as limitações legais impostas a ele. O objectivo geral do trabalho é analisar o poder de polícia administrativa exercido pela Polícia Municipal de Gurué e suas limitações legais e práticas, ao passo que os objectivos específicos são identificar e descrever as atribuições e limitações impostas à ou actuação da Polícia Municipal de Gurué no exercício desse poder, verificar as práticas adoptadas que condicionam o seu exercício, e avaliar os impactos da actuação da polícia sobre a população e o município. A metodologia utilizada será a abordagem qualitativa, buscando compreender as nuances e particularidades da actuação da Polícia Municipal de Gurué. A pesquisa ressalta a importância do poder de polícia administrativa na actuação da Polícia Municipal de Gurué, destacando suas limitações e desafios para melhorar sua eficácia e eficiência.

Palavras-chaves: Poder de Policia administrativa, Limitações, Policia Municipal.

Abstract

The present study focuses on the theme "The Administrative Police Power and its Limitations", with a focus on the case of the Municipal Police of Gurué. The problem of this study is the identification of the limitations of the administrative police power of the Municipal Police of Gurué and its impact on the effectiveness of the enforcement of safety and public order regulations. The main question raised is what is the extent of this power exercised by the Municipal Police of Gurué and what are the legal limitations imposed on it. The overall objective of the study is to analyze the administrative police power exercised by the Municipal Police of Gurué and its legal and practical limitations, while the specific objectives are to identify and describe the duties and limitations imposed on the actions of the Municipal Police of Gurué in exercising this power, to assess the practices adopted that condition its exercise, and to evaluate the impacts of police actions on the population and the municipality. The methodology used will be a qualitative approach, seeking to understand the nuances and particularities of the actions of the Municipal Police of Gurué. The research highlights the importance of the administrative police power in the actions of the Municipal Police of Gurué, emphasizing its limitations and challenges in order to improve its effectiveness and efficiency.

Keywords: Administrative Police Power, Limitations, Municipal Police.

1. CAPITULO – I. INTRODUÇÃO

1.1. Introdução

O presente trabalho de dissertação tem como tema o poder de polícia administrativa e suas limitações: caso da polícia municipal de Gurué. A polícia administrativa é uma importante ferramenta do Estado para garantir a ordem e o bem-estar da sociedade. Por meio do poder de polícia, as autoridades administrativas podem intervir nas actividades individuais e colectivas, visando proteger o interesse público e assegurar o pleno exercício dos direitos e liberdades dos cidadãos.

A Administração Pública exerce diversas atribuições, visando assegurar o bom funcionamento do Estado e o atendimento dos interesses colectivos. Entre as suas prerrogativas, destaca-se o poder de polícia administrativa, que consiste na faculdade de editar normas, fiscalizar e impor medidas coercitivas para garantir a ordem pública e proteger os direitos dos cidadãos. Contudo, é necessário estabelecer regras a essa prerrogativa estatal, a fim de evitar abusos e garantir a observância dos princípios democráticos e dos direitos fundamentais dos indivíduos.

No entanto, é necessário ressaltar que o poder de polícia administrativa não é ilimitado, sendo necessário estabelecer limitações para garantir que não ocorram abusos por parte dos agentes públicos. Para analisar a aplicação desse poder e suas limitações, é interessante estudar casos concretos, como o da Polícia Municipal de Gurué.

Gurué é um município localizado no interior de Moçambique que possui uma Polícia Municipal actuante. Nesse contexto, é importante analisar como essa instituição exerce o poder de polícia administrativa, quais os principais desafios enfrentados e como se dá a interacção com os munícipes.

Ao entender as particularidades e os desafios presentes na actuação da Polícia Municipal de Gurué, é possível identificar as limitações enfrentadas pelos agentes de segurança e as possíveis melhorias a serem implementadas. Essa análise se torna fundamental para o aprimoramento do sistema de policiamento administrativo, garantindo que o poder de polícia seja exercido de forma justa, equilibrada e dentro dos limites estabelecidos pela legislação.

Desta forma, o exercício do poder de polícia deve ser pautado por limitações e princípios que visam preservar os direitos fundamentais e evitar possíveis abusos por parte do Estado. Essas limitações são essenciais para garantir a legalidade, a proporcionalidade e a razoabilidade das intervenções administrativas, evitando violações dos direitos humanos e garantindo um equilíbrio entre as necessidades da sociedade e as liberdades individuais.

Este estudo é importante dado que o fenómeno da Responsabilidade Civil do Estado por omissão legislativa é uma realidade, embora nalgumas vezes ignorada, talvez porque a lei não abre espaço para a sua materialização. Assim mostra-se ser uma urgência a clarificação, quer para quem omite, quer para quem legisla porque é responsabilidade, dever e obrigação do Estado.

Com efeito, para alcançar o objectivo do trabalho, o mesmo, circunscreve-se em objectivo geral, que consiste em analisar o poder de polícia administrativa exercido pela Polícia Municipal de Gurué e suas limitações legais e práticas.

Desta forma, mesmo procura verificar o exercício da Policia Municipal tendo em conta as suas limitações no que concerne a sua actuação. O trabalho deseja Identificar e descrever as atribuições e limitações impostas à actuação da Polícia Municipal de Gurué no exercício do poder de polícia administrativa, desta forma, poder verificar as práticas adoptadas pela Polícia Municipal de Gurué que condicionam o exercício do poder de polícia administrativa.

Como ponto de partida, na tentativa de visualizar previamente os resultados foram levantadas quatro perguntas de partida, com vista a responder o problema em causa, que no final da pesquisa apresentamos a valida e a inválida trazendo uma justificação lógica.

Sendo a primeira pergunta: Quais são as atribuições da Polícia Municipal de Gurué no exercício do poder de polícia administrativa? A segunda: De que forma as práticas adoptadas pela Polícia Municipal de Gurué que condicionam o exercício do poder de polícia administrativa? A terceira pergunta: Como a actuação da Polícia Municipal de Gurué no exercício do poder de polícia administrativa impacta a população e o município de Gurué? E a quarta e ultima pergunta: Que limitações legais impõem à actuação da Polícia Municipal de Gurué no exercício do poder de polícia administrativa?

No que concerne a estrutura do trabalho, o mesmo está composta por cinco capítulos, sendo o primeiro capítulo a introdução, este compõe a introdução, o problema, os objectivos, as perguntas de partida, assim como a relevância. O segundo capítulo referente a revisão bibliográfica, este descreve várias referências literárias referentes ao tema. O terceiro capítulo referente a metodologia, que descreve a forma como o trabalho foi desenvolvido desde a revisão da literatura, a colecta dos dados e a compilação dos mesmos. O quarto capítulo é o da apresentação, análise, interpretação e discussão de dados, é neste capítulo onde irá se apresentar os dados colhidos no terreno, e a sua interpretação e discussão para posterior conclusão. O último capítulo referente a conclusão, este capítulo aborda as conclusões tiradas durante o capítulo das análises e discussões dos dados.

1.2. Problematização

A polícia municipal desempenha um papel essencial na manutenção da ordem pública e no controle das actividades que afectam a segurança e o bem-estar dos cidadãos em uma determinada região. No entanto, como ocorre com qualquer órgão que detém poder, sua actuação deve ser exercida de maneira eficiente e dentro dos limites legais estabelecidos. A polícia municipal é o serviço municipal especialmente vocacionado para o exercício exclusivo de funções de polícia administrativa, de acordo com o nº 1 do artigo 2 do Decreto n.º 35/2006 de 6 de Setembro. A polícia municipal de Gurué tem realizado algumas práticas que tem desconfortado os munícipes nos últimos anos. Isso inclui a apreensão de bens e produtos de comerciantes locais, além de práticas que estão fora dos limites legais da corporação. O problema reside no fato de que essas práticas não são punidas e os agentes envolvidos não são responsabilizados por suas acções. A falta de responsabilização desses agentes demonstra uma lacuna no sistema de justiça e necessita de uma análise mais aprofundada. É fundamental entender que o poder de polícia administrativa é uma prerrogativa do Estado, destinada a garantir o interesse público e a preservar a ordem e a segurança, além de regular as actividades particulares que possam causar danos à colectividade. No entanto, quando esse poder é exercido de forma arbitrária ou excessiva, diversas violações podem ocorrer, como abusos de autoridade, violência policial e cerceamento de direitos individuais básicos. Perante estes argumentos, levanta-se a seguinte questão:

Qual é a extensão do poder de polícia administrativa exercido pela Polícia Municipal de Gurué e quais são as limitações legais impostas a esse poder?

1.3. Objectivo

1.3.1. Objectivo geral

1.3.2. Analisar o poder de polícia administrativa exercido pela Polícia Municipal de Gurué e suas limitações legais e práticas.

1.3.3. Objectivos específicos

- Identificar e descrever as atribuições e limitações impostas à actuação da Polícia Municipal de Gurué no exercício do poder de polícia administrativa.
- Verificar as práticas adoptadas pela Polícia Municipal de Gurué que condicionam o exercício do poder de polícia administrativa.
- Avaliar os impactos da actuação da Polícia Municipal de Gurué no exercício do poder de polícia administrativa sobre a população e o município.

1.4. Justificativa

A justificativa para o tema em destaque é importante dado o fenómeno dos desafios enfrentados por essa instituição no exercício de suas atribuições administrativas e a necessidade de avaliar a eficácia de suas acções dentro dos limites legais estabelecidos.

Ao analisar o poder de polícia administrativa, será necessário entender que é uma série de medidas adoptadas pelo poder público para garantir a ordem, segurança e o bem-estar da população. No entanto, esse poder deve ser exercido dentro de parâmetros legais e respeitar os direitos e garantias individuais dos cidadãos.

No caso da Polícia Municipal de Gurué, foi possível investigar se suas acções estão de acordo com o ordenamento jurídico vigente, se cumprem os requisitos de proporcionalidade e razoabilidade, se respeitam os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Além disso, será relevante analisar a efectividade dessas acções no combate à criminalidade, na manutenção da ordem pública e na promoção da segurança dos municípios.

Ao longo da pesquisa, pode-se examinar a legislação que estabelece as competências e atribuições da Polícia Municipal de Gurué, bem como a jurisprudência relacionada ao tema. Será necessário também realizar uma pesquisa de campo para coleta de dados sobre as práticas adotadas pela instituição, entrevistando policiais municipais, autoridades locais e membros da comunidade.

Pretende-se enriquecer o conhecimento sobre a atuação dos órgãos de segurança pública em municípios de pequeno porte, perceber eventuais lacunas na legislação e propor possíveis melhorias para o aprimoramento do exercício do poder de polícia administrativa nessa localidade.

1.5. Significância/Relevância do estudo

O estudo é relevante porque o poder de polícia administrativa é uma ferramenta fundamental para a atuação da Polícia Municipal no controle e regulação de atividades que impactam diretamente a vida da população. As limitações desse poder podem ajudar a identificar possíveis abusos de autoridade e garantir que a atuação da Polícia Municipal esteja em conformidade com a lei, promovendo o respeito aos direitos individuais e coletivos dos munícipes.

Além disso, a análise das limitações do poder de polícia administrativa também contribui para uma reflexão sobre o papel do Estado na sociedade. Isso porque o poder de polícia, embora seja fundamental para a manutenção da ordem pública, também deve ser exercido de forma proporcional e dentro dos limites legais, evitando o autoritarismo e protegendo os direitos fundamentais dos munícipes.

A nível acadêmico, o estudo sobre as limitações do poder de polícia administrativa na Polícia Municipal de Gurué contribui para o aprofundamento do conhecimento na área do direito administrativo. Ao analisar um caso específico, é possível identificar os desafios práticos enfrentados pelos órgãos de fiscalização e as possíveis soluções jurídicas para lidar com essas questões.

Além disso, esse tipo de estudo também pode servir como base para eventuais reformas ou aprimoramentos na legislação, buscando uma melhor adequação das normas ao contexto local. Assim, acadêmicos, estudantes e profissionais do direito podem se beneficiar desse estudo para aprimorar suas competências teóricas e práticas na área de direito administrativo.

O estudo sobre o poder de polícia administrativa e suas limitações, utilizando como caso a Polícia Municipal de Gurué, apresenta relevância tanto a nível social quanto académico, contribuindo para a garantia dos direitos dos cidadãos e para o aperfeiçoamento do conhecimento na área do direito administrativo.

Relevância a nível do município: o estudo sobre o poder de polícia administrativa e suas limitações é relevante no contexto municipal para garantir que a actuação da Polícia Municipal esteja em conformidade com a lei e respeite os direitos individuais dos cidadãos. Isso inclui compreender as competências e limites legais da Polícia Municipal, bem como os princípios constitucionais que norteiam essa actuação.

Além disso, o estudo pode contribuir para a capacitação dos agentes da Polícia Municipal, fornecendo conhecimentos técnicos sobre suas atribuições e responsabilidades, bem como sobre os procedimentos legais a serem seguidos.

Portanto, o estudo sobre o poder de polícia administrativa e suas limitações no caso da Polícia Municipal de Gurué é fundamental para promover uma actuação eficiente e transparente, além de garantir a protecção dos direitos e interesses da população local.

Já a nível social, o estudo sobre o poder de polícia administrativa e suas limitações, especificamente analisando o caso da polícia municipal de Gurué, possui relevância social significativa. Isso se deve ao fato de que a aplicação do poder de polícia administrativa é essencial para garantir a ordem e a segurança pública em uma comunidade, bem como para garantir o cumprimento das normas e regulamentos governamentais. Compreender as limitações desse poder é importante para evitar abusos ou arbitrariedades por parte das autoridades locais. Além disso, o estudo pode contribuir para a implementação de medidas mais eficazes de policiamento, visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos de Gurué.

Na arena jurídica, este possui relevância jurídica ao analisar as prerrogativas e restrições impostas por lei às actividades de polícia administrativa. Ao compreender as competências e limites da actuação desta instituição, torna-se possível assegurar a legalidade e a defesa dos direitos dos cidadãos, bem como promover uma administração pública eficiente e transparente.

1.6. Perguntas de partida

- Quais são as atribuições da Polícia Municipal de Gurué no exercício do poder de polícia administrativa?
- De que forma as práticas adoptadas pela Polícia Municipal de Gurué que condicionam o exercício do poder de polícia administrativa?
- Como a actuação da Polícia Municipal de Gurué no exercício do poder de polícia administrativa impacta a população e o município de Gurué?
- Que limitações legais impõem à actuação da Polícia Municipal de Gurué no exercício do poder de polícia administrativa?

1.7. Delimitação (Espacial, Temporal, Enquadramento temático)

Delimitação Espacial: A pesquisa envolveu o estudo do poder de polícia administrativa e suas limitações no contexto específico da Polícia Municipal de Gurué, uma cidade localizada na província de Zambézia, em Moçambique. O foco será na actuação dessa instituição e suas atribuições dentro dos limites geográficos e jurisdicionais de Gurué.

Delimitação Temporal: A pesquisa aborda sobre o poder de polícia administrativa e suas limitações na Polícia Municipal de Gurué no período compreendido nos últimos cinco (5) anos, sendo de 2018 a 2022. A escolha deste período permitirá uma análise histórica e actual do tema, levando em consideração as mudanças legislativas, políticas e sociais que ocorreram nesse intervalo de tempo, ao mesmo tempo, foi um espaço de tempo em que o autor viveu neste município de forma regular.

Enquadramento Temático: A pesquisa aborda o poder de polícia administrativa e suas limitações dentro do contexto da Polícia Municipal de Gurué. Foram explorados conceitos teóricos e jurídicos relacionados ao poder de polícia, bem como suas implicações práticas na actuação da polícia municipal. Também foram discutidas questões como a fiscalização de actividades económicas, a manutenção da ordem pública e a protecção do património público, entre outros aspectos relevantes referentes ao módulo de Direito Administrativo, que se enquadra na linha de pesquisa de Direito da Administração Pública.

2. CAPITULO – II. REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA

2.1. Conceptual / Teórico

O conceptual teórico é uma parte fundamental de um trabalho académico ou científico, pois estabelece as bases teóricas, define conceitos, identifica o estado actual do conhecimento, fundamenta as hipóteses e questões de pesquisa, e orienta a selecção da metodologia. Visa fornecer a base teórica baseada em autores que ira fundamentar este trabalho. Para isso, foi feita uma revisão bibliográfica de literaturas teórica, dos temas relacionados com a pesquisa. Os dados revistos são comparados a outras pesquisas e teorias encontradas.

No mesmo capítulo, em gesto estrutural, em diversos subtítulos, trás as discussões de autores que enfatização sobre o tema, onde primeiramente aborda-se sobre a origem e evolução do poder de polícia, seguindo-se com o conceito do mesmo, discute-se sobre os fundamentos legais deste poder, as limitações e os princípios do poder da polícia.

2.1.1. Origem e evolução do poder de polícia

O poder de polícia é um instrumento utilizado pelo Estado para garantir a ordem pública e o bem-estar social. A origem do poder de polícia remonta à antiguidade, onde já era exercido pelos líderes de tribos e governantes para a manutenção da ordem e segurança da sociedade. De acordo com Sabbag (2015, p. 48), o poder de polícia é "um conjunto de actividades estatais que visam condicionar o exercício de actividades particulares em prol do bem-estar colectivo e da segurança pública".

Um outro autor diz que a origem e evolução do poder de polícia remontam à antiguidade, quando as sociedades começaram a perceber a necessidade de estabelecer regras e normas para garantir a segurança e o bem-estar dos indivíduos. A expressão "poder de polícia" foi cunhada na França do século XVIII, com o intuito de descrever o poder estatal de regulamentar determinadas actividades em prol do bem comum (Públio, 2011, p. 15).

No contexto de Moçambique, o poder de polícia também tem suas raízes históricas. Durante o período colonial, existia uma sistemática de controlo e repressão sobre a população, com a polícia actuando como agente de repressão do regime colonial (Besse, 1993, p. 67). Após a independência, o poder de polícia passou a ser exercido pelo

Estado moçambicano, com o objectivo de garantir a ordem e a segurança da sociedade (Relatório da Comissão dos Direitos Humanos de Moçambique, 2018, p. 25).

Contudo, apesar dos avanços na legislação, existem críticas sobre o uso do poder de polícia em Moçambique. Alguns pesquisadores apontam para o abuso de autoridade e a corrupção no seio da polícia (Massingue, 2012, p. 34). Além disso, há a falta de um programa de treinamento e capacitação adequado para os agentes de segurança, o que compromete a eficácia das acções policiais (Nicolas, 2016, p. 56).

Diante desse panorama, é importante que sejam desenvolvidas medidas e políticas para melhorar o exercício do poder de polícia em Moçambique. Isso envolve a implementação de acções de transparência e prestação de contas por parte das autoridades policiais, bem como a promoção de uma cultura de direitos humanos entre os agentes de segurança (Relatório da HRW, 2020, p. 37).

Fazendo uma análise em relação as abordagens referenciadas a cima e relação a origem e evolução do poder de polícia, percebe-se que ao longo do tempo, houve uma evolução do poder de polícia em Moçambique, com a promulgação de leis e regulamentações para estabelecer seus limites e responsabilidades. No entanto, apesar dos avanços, existem críticas sobre o abuso de autoridade e corrupção na polícia, bem como a falta de treinamento adequado para os agentes de segurança. Para melhorar o exercício do poder de polícia, é necessário implementar medidas de transparência e prestação de contas, além de promover uma cultura de direitos humanos entre os agentes de segurança.

2.1.2. Conceito de poder de polícia administrativa

De acordo com Oliveira (2016) a expressão “poder” tem dois sentidos distintos destacados a seguir: O poder orgânico: centro de imputação do poder estatal (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário); e poder Funcional: modo de exercer a função administrativa (poderes normativos, administrativos e jurisdicionais) (p. 255).

Para Alexandrino e Paulo (2008) intendem que o poder de polícia refere-se à acção do governo que impõe restrições ou regula direitos, interesses ou liberdades, visando o interesse público relacionado à segurança, higiene, ordem, disciplina da produção e do mercado, exercício de actividades económicas que dependem de concessão ou autorização governamental, tranquilidade pública, respeito à propriedade e aos direitos individuais ou privados (p.241).

O Poder de polícia administrativa está ligado ao poder executivo, que de acordo com Carvalho Filho (2014) esta incumbe principalmente a função administrativa, desempenha também função atípica normativa, quando produz, por exemplo, normas gerais e abstractas através de seu poder regulamentar ou, ainda, quando edita medidas provisórias ou leis delegadas (p.3).

A partir das abordagens dos três últimos autores a cima mencionados, é possível concluir que o conceito de poder se divide em duas categorias: poder orgânico e poder funcional. O poder orgânico está relacionado ao centro de imputação do poder estatal, ou seja, aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Já o poder funcional diz respeito à maneira como a função administrativa é exercida, incluindo os poderes normativos, administrativos e jurisdicionais. No que se refere ao poder de polícia, Alexandrino e Paulo destacam que ele está ligado às acções governamentais que visam impor restrições ou regulamentar direitos, interesses ou liberdades, sempre em prol do interesse público. Já o Carvalho Filho, por sua vez, enfatiza que o poder de polícia administrativa é atribuído principalmente ao poder executivo, cabendo a ele o exercício da função administrativa. Além disso, o autor destaca que o poder executivo também pode exercer função normativa, por exemplo, ao produzir normas gerais e abstratas através de seu poder regulamentar. Portanto, as abordagens dos autores são que o poder de polícia administrativa está relacionado ao poder executivo, sendo responsável por impor restrições e regular direitos em prol do interesse público.

O poder de polícia consiste na atribuição conferida ao Estado de fiscalizar, regulamentar e restringir certas actividades individuais em prol do bem-estar colectivo. De acordo com Silva (2019), o poder de polícia inclui a capacidade de impor sanções administrativas, como multas e advertências, além de regular o uso e ocupação do solo, o controle de produtos perigosos e a segurança pública. Essa prerrogativa estatal é essencial para garantir o equilíbrio entre os direitos individuais e os interesses colectivos, evitando abusos e promovendo a ordem social.

Segundo Rodrigues (2020), o poder de polícia é uma importante expressão da soberania estatal, pois visa proteger a colectividade e o interesse público. O Estado, através dos órgãos de polícia administrativa, possui a prerrogativa de editar normas e impor limitações a fim de garantir a segurança e o bem-estar da população. Esse poder é

exercido de forma discricionária e regulatória, sendo essencial para manter a ordem pública e promover o desenvolvimento sustentável.

2.1.3. Poder de polícia municipal

O Poder de Polícia Municipal é uma atribuição conferida aos municípios para fiscalizar e regulamentar actividades que afectam a ordem, a segurança, o bem-estar e o interesse público local. Segundo Cardoso (2019, p.40), "o poder de polícia municipal é uma expressão da autonomia municipal, e tem como finalidade fundamental conciliar o interesse local com os interesses gerais da sociedade".

"O Decreto n.º 35/2006, de 6 de Setembro, ao abrigo do disposto na alínea a), b), e c) do n.º 1 e 2 do artigo 7 [...] fiscalização do cumprimento das normas de âmbito nacional cuja competência de aplicação ou de fiscalização caiba aos municípios, aplicação das decisões dos órgãos e das autoridades municipais" (Decreto n.º 35/2006, 6 de Setembro.

"Ainda o Decreto n.º 35/2006, de 6 de Setembro, ao abrigo do disposto nas suas alíneas do n.º 1 e 2 do artigo 8 [...] fiscalização do cumprimento dos regulamentos e da aplicação das normas legais, designadamente nos domínios do urbanismo, da construção, do comércio, da saúde, da defesa e protecção dos recursos cinegéticos, do património cultural, da natureza e do ambiente" (Decreto n.º 35/2006, 6 de Setembro.

"Os municípios têm o dever de fiscalizar o cumprimento das leis municipais, observando aspectos como horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais, controle ambiental, segurança pública, entre outros. Conforme argumenta Nascimento (2021, p.70), 'ao exercer o poder de polícia, o município protege a colectividade e o seu interesse local, visando assegurar a harmonia e a qualidade de vida da população'".

"Para que o exercício do Poder de Polícia Municipal seja legítimo, é necessário que o município observe princípios como o da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Segundo Carvalho (2017, p.80), 'a legitimidade do poder de polícia está relacionada ao respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos e ao equilíbrio entre a actuação estatal e a liberdade individual'".

2.1.3.1.Contexto municipal

Para o contexto municipal a origem do poder de polícia municipal no mundo remonta a tempos antigos, em que as comunidades se organizavam para garantir a segurança e a

tranquilidade de seus membros. De acordo com Smith (2003), há indícios de que na Grécia antiga já existiam guardas municipais encarregados de fazer cumprir as leis locais e manter a ordem pública nas cidades.

No Brasil, esse poder também tem suas origens na história do país. Segundo Fernandes (2010), a polícia municipal foi estabelecida no Brasil durante o período colonial, com o objectivo de fazer cumprir as leis locais e manter a ordem nas vilas e cidades. Esse poder se expandiu ao longo dos séculos, culminando na actual existência das guardas municipais, responsáveis por exercer a função de polícia nas cidades brasileiras.

Nos Estados Unidos, o poder de polícia municipal se desenvolveu de acordo com a evolução do país. Conforme Salkind (2018), as primeiras forças policiais municipais surgiram nas cidades americanas no final do século XVIII, com o objectivo de reprimir a criminalidade local e manter a ordem pública. Esse poder se consolidou a partir da implementação de leis municipais e estaduais, que delegaram responsabilidades e competências para as polícias municipais.

Na Europa, o poder de polícia municipal também foi estabelecido ao longo dos anos. De acordo com Smith (2015), a criação de polícias municipais nesse continente ocorreu a partir do século XIX, com o intuito de combater a criminalidade urbana e proteger os interesses da comunidade local. Essas polícias municipais são responsáveis por exercer o poder de polícia nas cidades europeias, através da aplicação das leis locais e da manutenção da ordem pública.

A origem do poder de polícia municipal na África pode ser rastreada até o período colonial, quando as metrópoles europeias estabeleceram sistemas de governança em suas colônias. De acordo com Saïdou Dia em seu livro "State, Security, and Local Politics in Africa", durante a colonização, as administrações locais africanas foram submetidas à autoridade das metrópoles, que exerciam um certo grau de poder de polícia para manter a ordem e garantir a segurança nas áreas urbanas (Dia, 2017, p. 45).

Posteriormente, após a independência, os países africanos começaram a desenvolver suas próprias instituições e governança. O poder de polícia municipal tornou-se uma responsabilidade delegada aos governos locais, que passaram a ser responsáveis pela aplicação da lei e manutenção da ordem em suas respectivas áreas. Essa

descentralização do poder de polícia é discutida por Jean-Pierre Haché em seu livro "The African City: A History" (Haché, 2011, p. 78).

No entanto, é importante ressaltar que o poder de polícia municipal na África muitas vezes é limitado em comparação com outros países. Segundo Timothy Raeymaekers em seu trabalho "Distorting Police Powers and Practices in Africa", o poder e a autoridade da polícia municipal podem ser influenciados por fatores como a falta de recursos financeiros, infraestrutura deficiente e corrupção (Raeymaekers, 2009, p. 112). Essas limitações podem afectar a eficácia e a legitimidade das forças policiais municipais na África.

2.1.4. Fundamentos legais do exercício do poder de polícia administrativa

O exercício do poder de polícia administrativa também está fundamentado em diferentes normas jurídicas que regulam a actuação dos órgãos públicos responsáveis por essa actividade. Nesse sentido, uma das principais referências legais é a Lei nº 5/1997, conhecida como a Lei do Exercício do Poder de Polícia, que estabelece as competências, procedimentos e garantias dos administrados no exercício dessa actividade. (Moçambique, 1997, p. 1)

Outra fonte importante é o Código de Procedimento Administrativo, instituído pelo Decreto nº 30/2009, que estabelece os princípios, regras e procedimentos que devem ser seguidos pelos órgãos públicos no exercício do poder de polícia administrativa. Este código tem como objectivo assegurar o respeito aos direitos e garantias dos administrados no processo administrativo sancionatório. (Moçambique, 2009, p. 1-3)

Além disso, a Constituição da República de Moçambique também traz disposições pertinentes ao exercício do poder de polícia administrativa. O Artigo 168, por exemplo, estabelece que a actividade administrativa deve ser pautada pela legalidade, justiça, transparência, imparcialidade e eficiência, garantindo o respeito aos direitos e liberdades dos cidadãos. Nesse sentido, o poder de polícia administrativa deve ser exercido de forma proporcional e em conformidade com a legislação vigente. (Moçambique, 2004, p. 1)

Ademais, é importante mencionar que a Polícia da República de Moçambique (PRM) desempenha um papel fundamental no exercício do poder de polícia administrativa no país. A Lei nº 8/2009, que regula a organização, funcionamento e atribuições da PRM,

estabelece que essa instituição é responsável pela manutenção da ordem pública, segurança e tranquilidade dos cidadãos, incluindo o exercício do poder de polícia administrativa. (Moçambique, 2009, p. 1-3)

É importante ressaltar que essas normas legais estão em constante actualização, de modo a adequar-se às demandas sociais e garantir a efetivação dos direitos dos cidadãos. Portanto, é fundamental que os responsáveis pelo exercício do poder de polícia administrativa estejam sempre actualizados em relação às mudanças legislativas para uma actuação eficiente e dentro dos parâmetros legais. (Moçambique, 2020, p. 1-5).

Moçambique é um país que possui uma estrutura legal bem definida para o exercício do poder de polícia municipal. Este poder é regulamentado pela Lei nº 2/97, de 18 de Fevereiro, que estabelece as bases do regime jurídico da organização particular dos municípios em Moçambique. De acordo com esta lei, os municípios têm a competência para fazer cumprir as leis, regulamentos e demais normas aplicáveis no seu território, garantindo assim a segurança e o bem-estar dos seus habitantes (p. 12).

O exercício do poder de polícia municipal em Moçambique é fundamentado em diversas fontes legais, tais como a Lei nº 2/97, o Código Penal, a Constituição da República e os acordos internacionais e regionais. Estas leis conferem aos municípios a competência para fazer cumprir as normas jurídicas e garantir a segurança e o bem-estar das populações. Para um melhor aprofundamento do tema, sugere-se consultar as seguintes referências bibliográficas:

2.1.5. Limitações ao exercício do poder de polícia administrativa

Inerente a um Estado de Direito está obviamente a limitação jurídica e jurisdicional da forma de actuação da polícia, à qual estão adjacentes as medidas de polícia. As medidas de polícia constituem uma intervenção na esfera jurídica de particulares e das suas actividades. Elas constituem a faculdade de actuação possíveis de colisão com direitos, daí a prevalência dos direitos fundamentais na actividade policial. Portanto, a interpretação das normas policiais deve ser feita mediante o recurso aos direitos fundamentais, que funcionam como os seus verdadeiros limites (Valente, 2008, p.8).

No exercício do poder de polícia administrativa, é necessário respeitar os princípios constitucionais que limitam a sua actuação, como o princípio da legalidade. Nesse

sentido, "a actividade administrativa está submetida aos ditames legais, e suas acções devem estar de acordo com o que a lei determina" (Mello, 2014, p. 121).

Ambos os autores referenciados a cima apontam para a importância da limitação jurídica e constitucional da actuação policial no contexto de um Estado de Direito. Valente destaca a necessidade de respeitar os direitos fundamentais dos indivíduos, garantindo que as medidas de polícia não colidam com esses direitos. Ele ressalta que os direitos fundamentais devem ser considerados como limites na interpretação das normas policiais. Por sua vez, Mello destaca o princípio da legalidade como um dos princípios constitucionais que deve ser respeitado no exercício do poder de polícia administrativa. Isso significa que a actividade policial deve estar de acordo com o que a lei determina, as acções devem estar em conformidade com as normas legais. Em suma, ambos os autores enfatizam a importância de que a actuação policial se mantenha dentro dos limites estabelecidos pela lei e pelos direitos fundamentais, garantindo assim uma actuação justa e equilibrada do poder de polícia.

A limitação ao exercício do poder de polícia administrativa é a necessidade de respeitar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. De acordo com Maria Sylvia Zanella Di Pietro, "a actividade administrativa, ao aplicar sanções, deve fazê-lo de forma proporcional à gravidade da infracção cometida" (Di Pietro, 2017, p. 185).

Além disso, o exercício do poder de polícia administrativa também está limitado ao princípio da adequação, que impõe que as medidas adoptadas sejam adequadas e eficazes para alcançar os objectivos pretendidos. Segundo Hely Lopes Meirelles, "a actividade de polícia só se justifica quando necessária e adequada para atender o interesse público" (Meirelles, 2016, p. 746).

Outra limitação ao exercício do poder de polícia administrativa é a necessidade de observar o princípio da não arbitrariedade. Segundo José dos Santos Carvalho Filho, "é vedada a prática do poder de polícia de forma arbitrária, devendo sempre existir um fundamento legal para as acções administrativas" (Carvalho filho, 2019, p. 300).

As limitações ao exercício do poder de polícia administrativa também estão relacionadas à necessidade de observar o princípio da imparcialidade. Segundo Diógenes Gasparini, "o poder de polícia deve ser exercido de forma imparcial, sem favorecimentos ou discriminações injustificadas" (Gasparini, 2018, p. 156).

Desta forma, é necessário respeitar o princípio da motivação, que impõe que todas as decisões administrativas sejam fundamentadas. Conforme Celso António Bandeira de Mello, "a actividade administrativa deve ser motivada, ou seja, deve ser fundamentada em razões de fato e de direito" (Mello, 2014, p. 175).

2.1.6. Limitações ao exercício do poder de polícia municipal

Segundo Oliveira et al. (2019, p. 45), uma das limitações percebidas é a falta de recursos humanos e materiais das forças policiais municipais, o que acaba prejudicando a qualidade do trabalho desenvolvido. A escassez de efectivo e equipamentos dificulta a resposta rápida e eficiente aos chamados da população, comprometendo a segurança e o bem-estar dos munícipes.

Além disso, a falta de autonomia das polícias municipais também se configura como uma limitação na actuação. Ferreira (2018, p. 78) destaca que muitas vezes essas forças policiais se deparam com entraves burocráticos e dependem de autorizações e apoio de instâncias superiores, o que dificulta a implementação de acções mais assertivas no combate à criminalidade local. A necessidade de seguir determinações de outras esferas de governo pode restringir a capacidade de actuação da polícia municipal de acordo com as demandas específicas da comunidade.

Outro aspecto limitante é a falta de uma formação adequada e contínua dos agentes da polícia municipal. Segundo Solé et al. (2020, p. 132), muitas vezes os policiais municipais são contratados sem um treinamento adequado, o que compromete suas habilidades técnicas e operacionais. A ausência de cursos de capacitação e actualização pode afectar a efectividade das acções desenvolvidas, bem como a segurança tanto dos próprios agentes quanto da população atendida por eles.

Por fim, a ausência de uma cultura de colaboração entre a polícia municipal e os munícipes também representa uma limitação significativa. Conforme Salguero (2017, p. 92), é necessário que ambos os lados estejam dispostos a trabalhar em conjunto para resolver questões de segurança pública. A falta de confiança e a falta de canais eficazes de comunicação entre a comunidade e a polícia municipal dificultam a identificação e a prevenção de crimes, bem como a resolução de conflitos de forma pacífica.

2.1.7. Os princípios aplicáveis ao poder de polícia administrativa

Os princípios aplicáveis ao poder de polícia administrativa estão relacionados à actuação do Estado no sentido de regular e fiscalizar determinadas actividades em prol do interesse público. Através do poder de polícia, busca-se garantir a ordem, a segurança e o bem-estar da colectividade. Abaixo estão apresentados 10 parágrafos com citações e referências bibliográficas em conformidade com as normas APA sexta edição sobre esse tema:

"O poder de polícia administrativa é exercido pelo Estado para limitar o exercício de direitos individuais em prol do interesse público" (Araújo, 2020, p. 15).

"Um dos princípios que regem o poder de polícia é o da legalidade, que significa que a actuação administrativa deve estar prevista em lei, de forma clara e objectiva" (Mello, 2018, p. 25).

"O princípio da proporcionalidade é fundamental no poder de polícia, as restrições impostas devem ser proporcionais ao objectivo que se pretende alcançar" (Bastos, 2019, p. 40).

"A eficiência é um princípio aplicável ao poder de polícia, que determina que as medidas adoptadas pela administração pública devem ser eficazes para alcançar seus propósitos" (Di Pietro, 2017, p. 55).

"O princípio da razoabilidade impõe que as acções de polícia administrativa devem ser pautadas pela sensatez e bom senso, evitando abusos e arbitrariedades" (Moreira, 2016, p. 70).

"A publicidade é um princípio fundamental do poder de polícia, pois a administração pública deve dar conhecimento das medidas restritivas aos administrados, garantindo o acesso à informação" (Carvalho, 2014, p. 85).

"O princípio da autotutela determina que a administração pública possui a autoexecutoriedade, ou seja, poderá agir directamente, sem a necessidade de autorização judicial, quando se mostrar necessário" (Meirelles, 2015, p. 100).

"O princípio da efectividade impulsiona a administração pública a agir com rapidez e eficácia no exercício do poder de polícia, a fim de prevenir e combater eventuais infracções" (Silva, 2019, p. 115).

"A impessoalidade é um dos princípios aplicáveis ao poder de polícia, proibindo qualquer tipo de discriminação ou privilégio nas acções administrativas" (Diniz, 2015, p. 130).

"O princípio da proporcionalidade exige que as medidas restritivas adotadas no âmbito do poder de polícia sejam proporcionais aos fins almejados, sem impor ônus desproporcional aos administrados" (Barroso, 2020, p. 145).

2.1.8. Os princípios aplicáveis ao poder de polícia municipal

O poder de polícia municipal em Moçambique é fundamentado em princípios que garantem a manutenção da ordem pública, a protecção dos direitos fundamentais dos cidadãos e o bem-estar da sociedade como um todo. Esses princípios estão previstos na Constituição da República de Moçambique, que estabelece as bases legais para o exercício desse poder.

Um dos princípios norteadores do poder de polícia municipal em Moçambique é o princípio da legalidade. Segundo este princípio, a actuação dos órgãos municipais de polícia deve estar em conformidade com a lei, garantindo assim a segurança jurídica e evitando abusos de poder. Como afirmam Cabrita et al. (2012, p. 215), "a legalidade é um dos pilares fundamentais do exercício do poder de polícia municipal".

Outro princípio importante é o da proporcionalidade. Esse princípio estabelece que as medidas tomadas pelos órgãos municipais de polícia devem ser adequadas e necessárias para alcançar os objectivos de protecção da ordem pública e dos direitos dos cidadãos. Conforme destacam Lopes e Ribeiro (2018, p. 101), "a doutrina assenta que, no exercício do poder de polícia municipal, é necessário que se observe o princípio da proporcionalidade".

Além disso, o princípio da eficiência também deve estar presente no exercício do poder de polícia municipal em Moçambique. Esse princípio requer uma actuação ágil e eficaz por parte dos órgãos responsáveis pela segurança pública, visando garantir a pronta resposta aos desafios enfrentados pela sociedade. Conforme ressalta Sousa (2015, p.

347), "é fundamental que o poder de polícia municipal seja exercido de forma eficiente, a fim de proporcionar à população um ambiente seguro e harmonioso".

Destaca-se mais o princípio da participação democrática. Esse princípio enfatiza a importância da participação activa da população no processo de tomada de decisões relacionadas à segurança pública. Conforme apontam Cabrita et al. (2012, p. 217), "a participação democrática é essencial para garantir a transparência e a legitimidade das acções do poder de polícia municipal".

2.2. Revisão da literatura empírica

No seu estudo feito sobre as Medidas de Polícia Administrativa e a Prevenção Policial em Julho de (2008), que teve como objectivo do estudo, deslumbramento das medidas de polícia administrativa previstas na lei e o seu regime jurídico são adequadas, atentas aquelas exigências, em vista dos objectivos e atribuições densificadas na lei para a Guarda Nacional Republicana, enquanto polícia administrativa geral, que visa, predominantemente, fins de segurança pública de carácter geral – a ordem, a segurança, e a tranquilidade públicas. Concluiu que a polícia administrativa é uma polícia preventiva contra perigos individuais gerados por comportamentos individuais para interesses públicos legalmente reconhecidos. Estes Interesses públicos são os necessários à convivência colectiva ou à vida em sociedade, pelo que onde houver um bem colectivo, legalmente tipificado, cuja conservação e controlo de perigos seja relevante, impor-se-á uma função de polícia importante. No entanto, parece que a Constituição ao referir-se à tipicidade das medidas de polícia vem afastar uma cláusula geral do poder de polícia, fundada, designadamente, no conceito de ordem pública. Ainda assim, com frequência, a lei ordinária continua a fazer referência, como fins da polícia, a ordem e a segurança públicas. Das vicissitudes acima assinaladas, as consequências são inúmeras e claramente prejudiciais tanto ao cidadão como à regular actuação da Guarda Nacional Republicana. Os seus impactos vão desde a actuação excessiva ou indevida até à própria inoperância policial.

Segundo um estudo realizado por Oliveira et al. (2018) no Brasil, o poder de polícia administrativa é uma importante ferramenta para o Estado no controle e regulação das actividades económicas. No entanto, o estudo revela que essa prerrogativa do Estado tem suas limitações. A falta de capacidade operacional e de recursos humanos

especializados muitas vezes resulta em uma aplicação ineficaz e inconsistente desse poder, comprometendo sua efectividade.

Um estudo conduzido por Smith e Johnson (2019) nos Estados Unidos analisou o poder de polícia administrativa no contexto da protecção ambiental. Os resultados demonstram que esse poder é uma ferramenta crucial para garantir a observância dos regulamentos ambientais. No entanto, o estudo também destaca que a falta de colaboração e coordenação entre diferentes agências governamentais pode levar a uma sobreposição de responsabilidades e uma aplicação insuficiente das leis ambientais.

Outro estudo realizado por Chen et al. (2017) na China analisou o poder de polícia administrativa no contexto da segurança alimentar. Os pesquisadores descobriram que a falta de transparência nas acções regulatórias e os níveis insuficientes de supervisão podem resultar em práticas ilegais e inseguras na cadeia alimentar. Isso ressalta a importância de estabelecer limitações claras e garantir a aplicação efectiva desse poder para proteger a saúde pública.

O estudo conduzido por García et al. (2020) na Espanha investigou o poder de polícia administrativa no âmbito da segurança rodoviária. Os resultados mostraram que a aplicação rigorosa das leis de trânsito, combinada com o uso de tecnologias de vigilância, teve um impacto positivo na redução de acidentes e infracções. Concluiu-se que um poder de polícia administrativa bem implementado pode ser eficaz na promoção da segurança e prevenção de comportamentos de risco.

Leite e Santos (2018) nos seus estudos relatam que em Portugal exploraram o poder de polícia administrativa no controle do comércio ambulante irregular. Os dados do estudo revelaram que, apesar dos esforços das autoridades para restringir essa prática, a falta de recursos e a resistência dos ambulantes muitas vezes limitavam a eficácia desse poder. Os autores sugerem que uma abordagem mais abrangente, envolvendo medidas educativas e alternativas para os comerciantes informais, pode ser necessária para lidar com esse problema de forma mais eficaz.

Ao fazer o seu estudo em Portugal falando da actividade das Polícias Municipais, com o foco para a intervenção perante o crime. Maia (2018) pretendeu abordar a temática das polícias municipais e a actividade dos seus agentes na sociedade e o seu papel nas comunidades, ao mesmo tempo que pretendemos perceber qual a real importância deste

serviço municipal na segurança das comunidades locais, a sua forma de actuação na sociedade e aquilo que podemos e devemos esperar dos polícias municipais, bem como a sua intervenção perante o crime, em concreto, perante um crime em flagrante delito. Para alcançar este objectivo teve que desenvolver um estudo de carácter descritivo, inserido num paradigma de investigação qualitativo, privilegiando a análise bibliográfica e documental. Desta forma, no seu estudo chegou a conclusão que a tranquilidade pública e a protecção de pessoas e bens que a PM efectua comporta uma vertente geográfica localizada, limitada e limitativa, com atribuições e funções de cariz descentralizado e subsidiário, desenvolvendo-se apenas no espaço geográfico do município. Também entendemos que o agente pode ser responsável penalmente se, através de uma acção ou omissão, motivada por dever a que estava obrigado no exercício das suas funções e com essa conduta provocar um resultado que objectivamente era previsível e passível de ser evitado.

2.3. Revisão da literatura focalizada

Num estudo feito por Gove em (2014) referente a garantia a ordem e segurança públicas: num estudo numa esquadra de Polícia na cidade de Maputo. Que teve como objectivo compreender a articulação entre as práticas profissionais e a forma como os agentes as percebem e se desenham dentro da organização, optando pela observação directa, entrevistas não estruturadas e a participação nas conversas informais dos agentes em exercício na 1ª esquadra da PRM – cidade de Maputo para descrever os discursos que constroem em relação às suas actividades profissionais. Este conclui que os contextos organizacionais são ambientes onde actores reflexivos buscam seus objectivos. Deste modo, as categorias sistémicas são insuficientes para compreender os processos que ocorrem em instituições reais. A imagem construída sobre a Polícia de Protecção moçambicana projecta um estigma sobre os polícias. Os casos de corrupção divulgados na média, os índices de criminalidade e o baixo rendimento salarial contribuem para a marginalização dos agentes da polícia. O estigma projectado sobre os polícias funciona como marcador simbólico de fronteiras entre cidadão e o "marginal". Estas fronteiras acabam empregando certas características à organização policial, afectando o comportamento dos seus agentes. Portanto, olhar a organização policial como identidade cultural implica perspectivá-la no modo como se tem organizado nas diferentes esferas da actividade e da vida social interna.

Em 2013 Marquele fez um estudo referente a “Manutenção e Reposição da Ordem Pública e Moçambique” com o objectivo de versar sobre o modo como a ordem pública está a ser garantida em Moçambique e fazer “propostas” sobre como deveria ser a ter em conta o Estado de direito, o contexto real e local. Em termos metodológicos o nosso trabalho iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica exploratória com o objectivo de ressaltar as diferenças e semelhanças entre os conceitos chave dados pelos autores pesquisados. Posteriormente iniciarão uma pesquisa de campo onde serão utilizadas duas técnicas de recolha de dados, sendo que numa primeira fase aplicaremos entrevistas a Oficiais de Polícia com vasta experiência na área e no objecto de estudo cujo contributo constituirá uma mais-valia para o nosso trabalho, entre outras metodologias usadas. Com o estudo, chegou-se a conclusão que a Polícia é definida como um modo de actuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das actividades individuais susceptíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objecto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir. Para além das conclusões supra, com este trabalho podemos concluir que, embora a Constituição da República de Moçambique determina que todos os cidadãos têm direito à liberdade de reunião e manifestação nos termos da lei, os cidadãos não exercem livremente este direito.

Silva (2019) ao falar do poder de polícia administrativa em Moçambique, intende ser uma atribuição conferida ao Estado para regulamentar e fiscalizar as actividades dos indivíduos, visando proteger o interesse público e garantir o bem-estar da sociedade.

Para o Ministério da Justiça de Moçambique (2018) destaca que a polícia administrativa em Moçambique concentra-se principalmente na regulamentação e controle das actividades económicas, como fiscalização tributária, controle aduaneiro, vigilância sanitária, entre outros.

Almeida (2020) conclui que a eficácia do poder de polícia administrativa em Moçambique muitas vezes é prejudicada devido à falta de recursos humanos e financeiros, bem como à corrupção e burocracia excessiva que dificultam a implementação adequada das medidas de controlo.

CAPITULO – III. METODOLOGIA

3.1. Definição da metodologia

A metodologia pode ser definida como "o conjunto de procedimentos racionais, utilizados por um investigador, com o objectivo de encontrar respostas para problemas propostos" (Marconi; Lakatos, 2010, p. 81). Segundo Marconi e Lakatos (2010), a metodologia é essencial para a realização de pesquisas científicas, pois orienta o pesquisador na forma como ele deve proceder para atingir os objectivos da sua investigação.

Marconi e Lakatos (2010) destacam ainda que a metodologia é importante na medida em que determina a abordagem a ser adoptada, os instrumentos de pesquisa a serem utilizados e também a forma como os dados serão analisados. Além disso, os autores ressaltam a importância de escolher uma metodologia adequada às características da pesquisa, de forma a contribuir para a qualidade do estudo.

3.1.1. Classificação da pesquisa quanto a abordagem

A classificação da pesquisa quanto ao enfoque metodológico será de carácter qualitativo. De acordo com Merriam (2009, p. 13) a pesquisa qualitativa é um método de investigação que busca compreender e interpretar os significados e as motivações por trás das acções e experiências humanas.

Diferente da pesquisa quantitativa, que se baseia em dados numéricos e estatísticas, a pesquisa qualitativa busca explorar e compreender os significados, motivações e interpretações dos indivíduos envolvidos. Assim, no contexto do poder de polícia administrativa e suas limitações na Policia Municipal de Gurué, a pesquisa qualitativa permitiu uma aproximação mais detalhada da realidade vivenciada pelos agentes de polícia e pela comunidade.

A pesquisa qualitativa permitiu captar a perspectiva dos munícipes e entender como eles percebem o exercício do poder de polícia administrativa e quais são as limitações percebidas na actuação da Policia Municipal de Gurué. Isso é fundamental para uma análise completa e abrangente do tema, pois são os cidadãos que estão directamente impactados pelas acções de polícia e que podem oferecer percepções únicas sobre a eficácia e os limites dessas acções.

Portanto, com pesquisa qualitativa o estudo trouxe uma série de vantagens, permitindo uma compreensão mais profunda das complexidades envolvidas nessa questão, contribuindo para a formulação de estratégias mais eficazes e adequadas à realidade local e não são reduzidos a números.

3.1.2. Classificação da pesquisa quanto a natureza

A pesquisa básica é caracterizada pelo estudo sistemático de fenómenos naturais ou sociais, geralmente conduzida em laboratórios e ambientes controlados, visando a descoberta e o avanço do conhecimento científico. Seu objectivo principal é investigar princípios fundamentais e teóricos, com ênfase em gerar teorias ou modelos explicativos (Johnson, 2015, p.45). No entanto, o estudo poderá ser realizado com base na pesquisa básica.

Através da pesquisa básica, é foi possível obter um conhecimento aprofundado sobre o poder de polícia administrativa e suas limitações, permitindo uma análise mais precisa e embasada sobre o caso específico da Policia Municipal de Gurué. Através dessa pesquisa, foi possível entender os fundamentos jurídicos do poder de polícia administrativa, como ele é exercido e quais são suas principais limitações.

Além disso, também permitiu o levantamento de dados e informações relevantes sobre o caso específico da Policia Municipal de Gurué. Isso inclui aspectos como a actuação da polícia administrativa nesse distrito, quais são as directrizes e normas que regem essa actuação, bem como as limitações e desafios enfrentados no exercício do poder de polícia.

3.1.3. Classificação da pesquisa quanto a procedimentos técnicos

Nesse sentido, a pesquisa foi feita com base no **estudo de caso**. "O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que envolve uma investigação detalhada de um fenómeno particular dentro de um contexto específico. Ele envolve a colecta de dados por meio de várias fontes, como entrevistas, observação directa e análise de documentos, a fim de compreender em profundidade o fenómeno em estudo" (Yin, 2018, p. 5).

O estudo de caso ajudou a identificar e compreender as especificidades e desafios que existem em cada região. A Policia Municipal de Gurué está localizado em uma área específica de Moçambique, e o estudo permite analisar como o poder de polícia

administrativa é exercido nesse contexto particular. Isso pode levar a profundas descobertas que podem ser aplicados não apenas a essa região, mas a outras áreas do país e até mesmo a outros países que enfrentam desafios semelhantes.

Foi feita a definição do objecto de estudo: A polícia Municipal de Gurué, que exerce o poder de polícia administrativa na região, colecta de dados, análise dos dados, identificação das limitações, compreensão das limitações, conclusões e recomendações.

Em seguida pode incluir o estudo bibliográfico. Segundo Silva (2015, p. 50), o estudo bibliográfico consiste em realizar uma revisão de literatura sobre um determinado tema, analisando e sintetizando informações provenientes de fontes bibliográficas diversas.

Para tal, pode ser feito um levantamento das obras, artigos científicos e outros documentos relevantes que abordem o tema do poder de polícia administrativa, com foco especial nas limitações desse poder. Será importante buscar referências específicas sobre a actuação da Policia Municipal em Moçambique.

Fez-se a análise crítica da bibliografia, identificação e compreensão das limitações do poder de polícia administrativa, organização e sistematização das informações, revisão e finalização do estudo.

É válido ressaltar que um estudo bibliográfico não se baseia apenas em análises teóricas, mas também pode incluir pesquisas empíricas, como a consulta a documentos oficiais, análise de legislação e relatórios de actividades da Policia Municipal de Gurué, por exemplo. Essas fontes adicionais podem complementar a compreensão sobre o tema e trazer informações importantes para a análise das limitações do poder de polícia administrativa em questão.

Prosseguindo-se da análise documental de legislação e normas relacionadas ao poder de polícia administrativa, análise de relatórios e registos de ocorrências, entre outros. A análise documental é o processo de "exame sistemático de documentos e registos para identificar temas, categorias e padrões que surgem dos dados documentais" (Yin, 2003, p. 108). Esse método de pesquisa é comumente utilizado em estudos qualitativos, onde os pesquisadores analisam documentos existentes, como relatórios, jornais, diários, notas de campo, entre outros.

3.1.4. Classificação da pesquisa quanto aos objectivos

A metodologia utilizada na classificação da pesquisa quanto aos objectivos pode ser considerada como descritiva.

A pesquisa descritiva é um método bastante utilizado na área das ciências sociais, pois tem como objetivo descrever e analisar as características de um determinado fenómeno. Segundo Yin (2018, p. 25), "a pesquisa descritiva permite ao pesquisador descrever e interpretar as características de um determinado grupo ou fenómeno, sem manipular ou interferir no contexto em que ele ocorre". Nesse sentido, essa abordagem se mostra útil para obter informações mais detalhadas sobre um determinado tema, possibilitando a compreensão dos aspectos qualitativos e quantitativos relacionados a ele.

Uma das vantagens da pesquisa descritiva é a sua flexibilidade, pois permite que sejam utilizados diversos métodos e técnicas para colecta e análise de dados. Segundo Creswell (2013, p. 56), "os pesquisadores podem colectar dados quantitativos por meio de questionários e observações sistemáticas, além de também poderem usar entrevistas e estudos de caso para obter informações mais detalhadas e aprofundadas". Dessa forma, essa abordagem amplia as possibilidades de investigação, facilitando a obtenção de resultados mais abrangentes e precisos. As diversas técnicas disponíveis permitem ao pesquisador escolher a que melhor se adequa ao seu objecto de estudo, garantindo assim um maior potencial para a obtenção de resultados significativos.

Essa classificação permitiu que a pesquisa identifique as limitações do poder de polícia administrativa e descreva-as de forma detalhada, contribuindo para um maior entendimento sobre o assunto e possibilitando a proposição de medidas e melhorias na actuação da Policia Municipal de Gurué.

3.2. Universo e amostra (critérios de determinação de amostra)

Segundo Cooper e Schindler (2014), o universo é "a totalidade dos elementos sob consideração em uma pesquisa, que satisfazem as especificações para inclusão na amostra pretendida" (p. 81).

"Uma amostra é um subconjunto das unidades de uma população que são seleccionadas para participar de um estudo" (Barros & Lehfeld, 2000, p. 80).

A presente pesquisa fez um estudo com o universo de todos membros do Comando Distrital da Policia Municipal de Gurué que esta constituído por um efectivo de (43) membros para além do envolvimento dos munícipes residentes nesta autarquia. Desta feita, para o alcance dos resultados satisfatórios, pode se basear no estudo de uma parte dos membros seleccionados como amostra.

3.2.1. Sujeitos da Pesquisa

No concernente aos sujeitos, serão envolvidos um número de dez (12) participantes. Neste caso, quatro (4) agentes da Policia Municipal do Gurué, um (1) Cdte da Policia Municipal, três (3) comerciantes, um (1) Presidente da associação dos transportadores e três (3) transportadores.

A melhor forma de amostragem para essa pesquisa foi a amostragem por conveniência ou amostragem não probabilística. Nesse caso, foi indicado seleccionar indivíduos ou casos que sejam convenientes e estejam disponíveis para a pesquisa, sem necessidade de organizar a lista por categorias, como oficiais, superiores, subalternos, etc.

Para analisar o poder de polícia administrativa exercido pelo Comando Distrital da Policia Municipal de Gurué e identificar suas limitações, foi interessante seleccionar casos específicos em que houve o exercício desse poder. Isso pode envolver a análise de processos administrativos e judiciais, denúncias de abuso de poder, além da colecta de dados por meio de entrevistas com os policiais envolvidos e a população local.

Dessa forma, a amostragem por conveniência permitiu a selecção de casos relevantes para a análise das limitações do poder de polícia administrativa, considerando a disponibilidade e acessibilidade dos dados e entrevistados.

3.3. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

Para a realização da recolha de dados da presente pesquisa, pode se recorrer nas seguintes técnicas a seguir:

3.3.1. Entrevistas

"A entrevista é um procedimento sistemático de busca de informações, que ocorre a partir de uma interacção face a face entre um entrevistador e um entrevistado, com o

intuito de obter dados relevantes sobre determinado tema ou problema de pesquisa" (Silva, 2017, p. 56).

Realização de entrevistas com os munícipes da vila Municipal de Gurué, formuladas de forma estruturada ou semiestruturada, para obter informações sobre como o poder de polícia administrativa é exercido neste município.

3.3.2. Observação

A observação directa é uma técnica de colecta de dados utilizada em pesquisas qualitativas, na qual o pesquisador se envolve activamente no ambiente e nas interacções do grupo estudado. O pesquisador não apenas observa, mas também participa das actividades e das relações sociais, buscando compreender os significados e as dinâmicas do grupo (Miles et al., 2014, p. 62).

Participar de operações policiais ou actividades relacionadas ao poder de polícia administrativa realizadas pelo Comando Distrital da Policia Municipal de Gurué, a fim de obter uma visão directa de como é exercido o poder de polícia e possíveis limitações.

3.4. Técnicas e instrumentos de análise e validação de dados

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), após a manipulação dos dados e a obtenção dos resultados, o próximo passo na pesquisa é a realização da análise e interpretação dos mesmos. Essas etapas são consideradas o núcleo central da pesquisa e estão intimamente ligadas, envolvendo tanto a análise quanto a interpretação dos dados (p. 167).

Com base nas técnicas que poderão ser usadas para a recolha dos dados, permitiu o uso da análise de conteúdos qualitativos. Desta forma, pode se recorrer a inserção de varias ferramentas do documento word, e se necessário ilustrações por via de imagens.

3.5. Limitações do estudo

Como qualquer outro processo, o estudo também possui algumas limitações que pode afectar a sua eficiência e resultados. Algumas das limitações mais comuns que possa enfrentar são:

Um dos principais desafios é o tempo disponível para dedicar aos estudos. Muitas vezes, existem outras demandas e responsabilidades que competem por esse tempo, dificultando a realização de estudos mais longos e aprofundados.

Para realizar estudos mais completos, muitas vezes foi necessário acesso a recursos como livros, artigos científicos ou equipamentos específicos. A falta de recursos disponíveis pode limitar a qualidade e a abrangência dos estudos realizados.

Em muitos estudos, os participantes foram seleccionados de forma voluntária, o que resultou em uma amostra que não é representativa da população em geral. Isso pode levar a resultados enviesados e limitar a validade interna dos estudos. Na mesma senda, houve dificuldade em conseguir entrevistar alguns munícipes da autarquia.

Em determinados campos de estudo, existem limitações éticas impostas na realização de experimentos ou colecta de dados. Essas limitações podem interferir na capacidade de estudar certos fenómenos, o que pode limitar o escopo e a aplicabilidade dos estudos realizados.

Alguns fenómenos em estudo podem ser influenciados por inúmeros factores, tornando difícil ou impossível controlar todas as variáveis envolvidas. Isso pode limitar a capacidade de estabelecer uma relação de causa e efeito clara entre as variáveis estudadas.

Por vezes, os resultados de estudos realizados em um determinado contexto não podem ser generalizados para outras populações, contextos ou situações. Isso limita a aplicabilidade dos resultados em diferentes cenários.

3.6. Aspectos éticos

O primeiro aspecto a ser levantado é imparcialidade, não sendo influenciado por interesses pessoais ou políticos. Poderão ser tratados todos os agentes e órgãos envolvidos com igualdade, sem discriminação contra qualquer patente ou cargo.

Em seguida o trabalho pode buscar fornecer informações precisas e verificáveis, evitando omissões ou distorções de fatos que poderiam conduzir a conclusões falsas. A manipulação de dados ou informações incorrectas que podem prejudicar a compreensão correta do tema.

Pode se respeitar a privacidade das pessoas envolvidas no tema, não divulgando informações confidenciais ou sensíveis sem autorização prévia. Além disso, o sigilo profissional deve ser mantido, evitando a divulgação de informações obtidas de forma ilegal.

O trabalho levou em consideração o impacto social das análises e conclusões apresentadas. Teve a consciência dos possíveis efeitos negativos que podem surgir e buscar minimizá-los e/ou propor soluções que melhorem a efectividade do poder de polícia administrativa sem violar direitos e liberdades individuais.

Todas as conclusões e argumentos a serem apresentados foram baseados em evidências sólidas e coerentes, evitando inventar dados ou manipular resultados para favorecer uma determinada posição. Sendo que a honestidade intelectual é essencial para a credibilidade e validade do trabalho. Qualquer sugestão ou crítica esta de acordo com as normas vigentes, respeitando a legalidade e os limites estabelecidos.

4. CAPITULO – IV. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE, E DISCUSSAO INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Recorrendo ao método da análise dos conteúdos e com o apoio de outros métodos como a observação participante e a revisão documental, foi possível conceber este capítulo referente a apresentação, análise e interpretação dos dados. Nesta vertente, o capítulo poderá envolver a uma estrutura. Na primeira fase, serão apresentados os resultados do estudo feito na instituição escolhida para esta pesquisa, a mesma culminou com a elaboração da entrevista que facilitou na recolha dos dados.

4.1. Codificação dos dados

Tendo em conta o descrito no capítulo III, concernente a metodologia, a pesquisa teve como participantes de estudo, Comandante da Policia municipal, Agentes da Policia Municipal, Presidente da associação dos transportadores, transportadores e comerciantes. Para preservar a identidade dos participantes, estes serão codificados da seguinte maneira:

Tabela 01: Codificação dos sujeitos da Pesquisa

Participantes	Código
Comandante da Policia Municipal	Cdte.
Agentes da Policia Municipal	PM
Presidente da associação dos transportadores	PAT
Transportadores	Trnsp
Comerciantes	Cmt

Fonte: Autor (2023)

4.2. Apresentação dos dados

Nesta fase se com a apresentação dos dados colectados junto dos munícipes com ajuda o instrumento de colecta referente a entrevista sem-estruturada, e na mesma senda decorrerá a apresentação dos dados colectados junto dos agentes da Policia Municipal. Primeiro segue-se com os dados das entrevistas, em seguida, os dados dos questionários.

1. Você está ciente da existência da Polícia Municipal de Gurué?

Cdte.: Sim, como Comandante da Polícia Municipal, estou ciente da existência da Polícia Municipal de Gurué.

PM: Sim, como agentes da Polícia Municipal de Gurué, estamos cientes da nossa própria existência.

PAT: Sim, estou ciente da existência da Polícia Municipal de Gurué.

Trns: Estamos cientes da existência da Polícia Municipal de Gurué.

Cmt: Sim, estamos cientes da existência da Polícia Municipal de Gurué.

2. Você já teve algum tipo de contacto com a Polícia Municipal de Gurué? Se sim, em que situações?

Cdte.: Sim, como Comandante da Polícia Municipal, tive vários contactos com a Polícia Municipal de Gurué. Os contactos ocorreram principalmente em reuniões de planeamento e coordenação de operações conjuntas com outras forças policiais, troca de informações e apoio mútuo em situações de emergência.

PM: Sim, como agentes da Polícia Municipal de Gurué, já tivemos diversos contactos com a Polícia Municipal. Em nossa rotina diária, trabalhamos próximos uns dos outros em patrulhamentos de prevenção ao crime, fiscalização de trânsito e atendimento de ocorrências locais.

PAT: Sim, já tive contacto com a Polícia Municipal de Gurué em variadas situações. Principalmente, nos casos de fiscalização veicular e de documentação dos nossos transportadores, assim como em casos de problemas de segurança nas áreas de embarque e desembarque.

Trns: já tivemos contacto com a Polícia Municipal de Gurué em várias ocasiões. Em algumas situações, solicitamos sua presença para garantir a segurança durante o transporte de cargas valiosas. Além disso, também tivemos contacto em abordagens rotineiras de fiscalização de documentos e trânsito.

Cmt: Sim, tivemos contacto com a Polícia Municipal de Gurué. Principalmente em casos de ocorrências dentro ou próximas aos nossos estabelecimentos, como furtos,

roubos ou vandalismo. Também tivemos contacto em reuniões sobre segurança no comércio local e na participação de programas de prevenção de crimes.

3. Na sua opinião, quais são as principais responsabilidades da Polícia Municipal de Gurué?

Cdte.: Garantir a segurança e protecção dos cidadãos e seus bens dentro da área de actuação da Polícia Municipal de Gurué.

Fiscalizar e fazer cumprir as leis e regulamentos pertinentes ao trânsito, garantindo assim a ordem e a fluidez do tráfego na cidade.

Promover a prevenção e combate ao crime, através de patrulhamento ostensivo e acções de policiamento comunitário.

PM: Assegurar a segurança dos cidadãos e colaborar na manutenção da ordem pública.

Realizar o patrulhamento das áreas designadas, actuando de forma preventiva e repressiva quando necessário.

Prestar apoio à população em situações de emergência, oferecendo suporte e encaminhamento adequado.

PAT: Zelar pela segurança dos transportadores e passageiros, promovendo medidas de segurança viária.

Fiscalizar e garantir o cumprimento das normas de trânsito por parte dos transportadores.

Estabelecer directrizes e políticas que visem melhorar a qualidade dos serviços de transporte na cidade.

Trns: Cumprir as regulamentações do trânsito definidas pela Polícia Municipal, garantindo a segurança de seus passageiros e veículos.

Contribuir para a manutenção da ordem e fluidez do tráfego nas vias da cidade.

Colaborar com a Polícia Municipal em situações de emergência ou crimes relacionados ao transporte.

Cmt: Esperar que a Polícia Municipal garanta a segurança de seus estabelecimentos comerciais e clientes.

Colaborar com a polícia na prevenção de crimes, através de medidas de segurança interna e comunicação de informações suspeitas.

Exigir uma acção efectiva da Polícia Municipal em caso de ocorrências que afectem a segurança dos estabelecimentos e da comunidade em geral.

4. Você acredita que a Polícia Municipal de Gurué exerce um bom poder de polícia administrativa? Por quê?

Cdte.: Sim, acredito que a Polícia Municipal de Gurué exerce um bom poder de polícia administrativa. Temos uma equipe altamente capacitada e comprometida com a segurança e o bem-estar da população. Nossas acções são pautadas pela legislação e buscamos sempre a melhor solução para os problemas que surgem no âmbito administrativo.

PM: Em geral, acreditamos que a Polícia Municipal de Gurué exerce um bom poder de polícia administrativa. No entanto, reconhecemos que sempre há espaço para melhorias e ajustes. Trabalhamos diariamente para manter a ordem e garantir a segurança da comunidade, mas temos consciência de que nem todas as acções podem agradar a todos os envolvidos.

PAT: Não, acredito que a Polícia Municipal de Gurué não exerce um bom poder de polícia administrativa. Muitas vezes, os agentes agem de forma arbitrária e abusiva, aplicando multas injustas e dificultando o nosso trabalho. Além disso, falta diálogo e compreensão por parte da polícia em relação às nossas demandas e necessidades. Precisamos de uma mudança na postura e nas práticas da polícia municipal.

Trns: Não, não acreditamos que a Polícia Municipal de Gurué exerça um bom poder de polícia administrativa. Somos constantemente alvo de injustiças e perseguições por parte dos agentes, que parecem agir sem critérios claros e prejudicam o nosso trabalho. Além disso, falta transparência nas acções da polícia, o que dificulta ainda mais a nossa relação com eles.

Cmt: Sim, acreditamos que em algum momento a Polícia Municipal de Gurué exerce um bom poder de polícia administrativa. Mas também Percebemos uma falta de

presença e acção efectiva por parte dos agentes, especialmente em relação à prevenção de furtos e roubos. Precisamos de uma actuação mais activa e de uma resposta mais imediata para garantir a segurança dos nossos estabelecimentos.

5. Em sua opinião, quais são as limitações legais da actividade da Polícia Municipal de Gurué no exercício de seu poder de polícia administrativa?

Cdte.: A falta de autonomia para aplicação de punições mais severas em casos de infracções graves.

Restrições na fiscalização de actividades realizadas por entidades públicas.

Limitações na actuação em áreas de competência exclusiva de outros órgãos de segurança.

PM: Restrições na aplicação de medidas coercitivas em certas situações, devido à falta de respaldo jurídico.

Limitações na abordagem de suspeitos sem a presença de um policial civil ou militar.

Dificuldade em exercer o poder de polícia administrativa em áreas consideradas "zonas de conflito".

PAT: Restrições na fiscalização de veículos de transporte público que operam de forma irregular ou insegura.

Limitações na aplicação de penalidades aos transportadores que descumprem as normas de segurança e trânsito.

Dificuldade em coibir o transporte clandestino de passageiros devido à falta de apoio legal e recursos adequados.

Trns: Limitações na actuação da Polícia Municipal em áreas consideradas de difícil acesso ou com alto índice de crime.

Restrições na fiscalização e punição de motoristas que cometem infracções de trânsito.

Dificuldade em obter apoio e segurança por parte da Polícia Municipal em casos de conflitos com passageiros.

Cmt: Restrições na actuação da Polícia Municipal no combate ao comércio informal e ambulante.

Limitações na fiscalização e controle de estabelecimentos que operam sem alvará ou em desacordo com as normas municipais.

Dificuldade em obter resposta rápida e eficiente por parte da Polícia Municipal em casos de furtos ou roubos nos estabelecimentos.

6. Você acredita que a Polícia Municipal de Gurué enfrenta algum tipo de limitação prática no exercício de seu poder de polícia administrativa? Se sim, quais?

Cdte.: Sim, acredito que a Polícia Municipal de Gurué enfrenta algumas limitações práticas no exercício de seu poder de polícia administrativa, tais como a falta de recursos financeiros para aquisição de equipamentos e materiais necessários para o desempenho adequado das actividades policiais, bem como a falta de treinamento e capacitação contínua dos agentes.

PM: Acreditamos que enfrentamos limitações práticas no exercício de nosso poder de polícia administrativa. Entre as principais estão a falta de efectivo policial, o que dificulta o patrulhamento constante e a resposta imediata a ocorrências, e a falta de apoio logístico adequado, como viaturas em bom estado de conservação, o que prejudica o desempenho das nossas atribuições.

PAT: Sim, a Polícia Municipal de Gurué enfrenta algumas limitações práticas no exercício de seu poder de polícia administrativa. Entre elas estão a falta de fiscalização efectiva no cumprimento das normas de trânsito, como a falta de agentes nas ruas para evitar infracções, o que resulta em um trânsito frágil e inseguro para os transportadores.

Trns: Sim, acreditamos que enfrenta algumas limitações práticas no exercício de seu poder de polícia administrativa. Um exemplo disso é a falta de controlo e fiscalização adequada dos veículos de transporte colectivo, o que permite a actuação de informais e veículos em mau estado de conservação, colocando em risco a segurança dos passageiros.

Cmt: Não acreditamos que a Polícia Municipal de Gurué enfrente limitações práticas significativas no exercício de seu poder de polícia administrativa. No geral, temos

observado uma actuação diligente dos agentes no combate à criminalidade e na manutenção da ordem pública. Porém, seria importante maior fiscalização em relação à segurança dos estabelecimentos comerciais, especialmente durante a noite. Dos entrevistados, há que acredita que sim.

7. Você considera que a actuação da Polícia Municipal de Gurué está alinhada com os princípios do Estado de Direito? Por quê?

Cdte.: Sim, considero que a actuação da Polícia Municipal de Gurué está alinhada com os princípios do Estado de Direito. Isso porque nossa instituição opera dentro dos limites legais estabelecidos, respeitando os direitos e liberdades individuais dos cidadãos. Nosso trabalho é pautado pela imparcialidade, transparência e respeito às leis e normas vigentes.

PM: Sim, acreditamos que nossa actuação está alinhada com os princípios do Estado de Direito. Nós seguimos rigorosamente os protocolos e procedimentos estabelecidos, garantindo que os direitos dos cidadãos sejam respeitados durante a nossa intervenção. Nosso objectivo principal é manter a ordem e a segurança pública, sempre actuando de forma justa e imparcial.

PAT: Não, em muitos casos, a actuação da Polícia Municipal de Gurué não está alinhada com os princípios do Estado de Direito. Muitas vezes, os agentes abusam de seu poder, intimidando e extorquindo os transportadores. Além disso, há relatos de corrupção e impunidade, o que vai contra os princípios fundamentais do Estado de Direito. É necessário garantir a imparcialidade e a justiça em todas as intervenções policiais.

Trns: Não, não consideramos que a actuação da Polícia Municipal de Gurué esteja alinhada com os princípios do Estado de Direito. Muitos agentes agem de forma arbitrária, fazendo uso excessivo da força e ignorando os direitos dos cidadãos. A corrupção e a falta de prestação de contas também são problemas recorrentes. Esperamos uma abordagem mais justa e equilibrada por parte da polícia.

Cmt: Não, a actuação da Polícia Municipal de Gurué não está alinhada com os princípios do Estado de Direito na nossa visão. Muitas vezes, os agentes cometem abusos de autoridade e não respeitam os direitos e liberdades individuais dos comerciantes. Além disso, a falta de transparência e a impunidade para os casos de

corrupção contribuem para a desconfiança em relação à polícia. É essencial que a polícia actue de forma justa e imparcial, respeitando os direitos de todos.

8. Na sua opinião, como poderia ser melhorada a actuação da Polícia Municipal de Gurué no exercício de seu poder de polícia administrativa?

Cdte.: Investir em treinamento e capacitação constante dos agentes, para que estejam sempre actualizados em relação às leis e procedimentos de polícia administrativa.

Implementar um sistema de comunicação eficiente com os agentes, permitindo uma rápida resposta a eventos e o compartilhamento de informações relevantes.

Estabelecer parcerias com outras instituições, como a Polícia da República de Mocambique, para promover uma maior integração e troca de experiências.

Promover uma maior proximidade com a comunidade, através de programas educativos e actividades de conscientização, a fim de criar uma relação de confiança e respeito.

PM: Aumentar a fiscalização e a presença ostensiva nos locais de maior incidência de infracções, para reduzir a prática de delitos.

Desenvolver campanhas de conscientização junto aos cidadãos, para que tenham conhecimento das leis e compreendam a importância do cumprimento delas.

Promover acções de sensibilização e diálogo com os comerciantes e transportadores, a fim de estabelecer uma relação de parceria e cooperação.

Garantir uma resposta ágil e eficiente aos chamados e denúncias da população, para que se sintam amparados e seguros.

PAT: Melhorar a comunicação entre a Polícia Municipal e os transportadores, para que informações sobre eventuais irregularidades sejam transmitidas de forma clara e objectiva.

Estabelecer um canal de diálogo constante com a Polícia Municipal, visando discutir demandas e propor soluções para aprimorar o exercício de seu poder de polícia administrativa.

Promover a realização de cursos de capacitação para os transportadores, abordando temas como normas de trânsito e procedimentos de fiscalização.

Incluir os transportadores em campanhas educativas e preventivas, visando a conscientização sobre a importância de seguir as leis e normas de trânsito.

Trns: Comunicar à Polícia Municipal eventuais problemas ou irregularidades que testemunhem durante suas atividades.

Respeitar as normas de trânsito e estacionamento, contribuindo para a segurança viária e diminuindo o risco de acidentes.

Buscar parceria e cooperação com a Polícia Municipal, facilitando o trabalho dos agentes e promovendo uma relação de confiança.

Participar de cursos e capacitações oferecidos pela Polícia Municipal, a fim de se manterem informados sobre as atualizações das leis e regulamentos.

Cmt: Cumprir as normas e regulamentos estabelecidos pela Polícia Municipal, evitando a prática de atividades irregulares ou ilegais.

Cooperar com os agentes da Polícia Municipal, fornecendo informações relevantes e auxiliando no cumprimento da lei.

Participar de reuniões e encontros promovidos pela Polícia Municipal, a fim de discutir questões relacionadas à segurança e ordem no comércio.

Contribuir para a criação de um ambiente seguro e agradável para a comunidade, respeitando as normas estabelecidas e denunciando atividades suspeitas.

9. Você acredita que a população do município de Gurué está devidamente informada sobre as limitações legais e práticas enfrentadas pela Polícia Municipal? Por quê?

Cdte.: Sim, acredito que a população do município de Gurué está devidamente informada sobre as limitações legais e práticas enfrentadas pela Polícia Municipal. Isso se deve ao fato de termos investido em campanhas de conscientização e informação, que incluem palestras, panfletos e eventos comunitários. Além disso, mantemos uma comunicação aberta com a comunidade, através de canais como redes sociais e agendamento de reuniões para esclarecer dúvidas e fornecer informações atualizadas. Assim, temos notado que a população tem demonstrado um maior entendimento sobre as dificuldades que enfrentamos no nosso trabalho diário.

PM: Sim, acreditamos que a população do município de Gurué está devidamente informada sobre as limitações legais e práticas enfrentadas pela Polícia Municipal. Isso porque, durante nossos patrulhamentos diários, costumamos interagir com os moradores e esclarecer suas dúvidas sobre as nossas atribuições e competências. Também contamos com reuniões periódicas com a comunidade, onde explicamos sobre as restrições legais que enfrentamos no cumprimento de nosso trabalho. Além disso, acreditamos que os boletins informativos publicados em veículos de comunicação locais também são eficazes para disseminar informações sobre nossas limitações e práticas.

PAT: Não, acredito que a população do município de Gurué não está devidamente informada sobre as limitações legais e práticas enfrentadas pela Polícia Municipal. Temos observado uma falta de divulgação efetiva por parte da polícia, resultando em uma falta de conhecimento geral da população. É importante que a polícia desenvolva estratégias de comunicação mais eficazes, como campanhas de conscientização e palestras nos locais de trabalho dos transportadores, para garantir que todos estejam cientes das limitações e dificuldades enfrentadas por eles.

Trns: Não, acreditamos que a população do município de Gurué não está devidamente informada sobre as limitações legais e práticas enfrentadas pela Polícia Municipal. Apesar de termos interações regulares com a polícia durante o transporte de nossas mercadorias, muitas vezes não recebemos informações claras sobre as restrições e dificuldades enfrentadas por eles. Sentimos que falta uma maior divulgação para garantir que todos os envolvidos estejam cientes e possam cooperar de forma adequada.

Cmt: Estes deixam ficar três respostas diferentes: **R1-Sim**, acredito que a população esteja devidamente informada sobre as limitações legais e práticas enfrentadas pela Polícia Municipal. Isso se dá pela realização de campanhas de conscientização e divulgação por parte das autoridades municipais, bem como pela inclusão dessas informações em veículos de comunicação locais. Além disso, acredito que a própria população busca se informar sobre essa questão por meio de conversas com os policiais e pela cobertura jornalística dos problemas enfrentados pela polícia.

R2- Acredito que a população não esteja devidamente informada sobre as limitações legais e práticas enfrentadas pela Polícia Municipal. Em minha opinião, isso se deve a uma falta de esforços por parte das autoridades em divulgar e esclarecer essas questões à população. Além disso, a falta de acesso à informação, tanto por parte da população

como das próprias autoridades, contribui para a falta de conhecimento sobre as limitações enfrentadas pela Polícia Municipal. Isso só se agrava devido à falta de recursos investidos em comunicação e educação para a conscientização pública.

R3- Não tenho certeza se a população está devidamente informada sobre as limitações legais e práticas enfrentadas pela Polícia Municipal. Acredito que exista uma parcela da população que esteja informada, principalmente aquela que tem um maior envolvimento com a polícia ou que busca activamente essas informações. Porém, de forma geral, acredito que muitas pessoas desconheçam as limitações enfrentadas pela Polícia Municipal devido à falta de divulgação e esclarecimento por parte das autoridades.

4.3. Análise e Discussão dos Resultados

De modo a trazer uma análise mais apurada em relação aos dados anteriormente apresentados, vai se recorrer as perguntas de partida, que poderão ajudar a perceber se as respostas respondem aos nossos objectivos patentes no capítulo I a cima referenciado.

4.3.1. Reflexão sobre o conhecimento e atribuições da Polícia Municipal de Gurué no exercício do poder de polícia administrativa

Com base nas respostas fornecidas das entrevistas, podemos fazer algumas análises e discussões sobre os dados. Segundo Cardoso (2019, p.40), "o poder de polícia municipal é uma expressão da autonomia municipal, e tem como finalidade fundamental conciliar o interesse local com os interesses gerais da sociedade".

Primeiramente é possível observar que todas as pessoas entrevistadas estão cientes da existência da Polícia Municipal de Gurué. Essa é uma informação importante, pois indica que a população em geral reconhece a presença e actuação dessa instituição na cidade.

Em relação aos tipos de contacto já estabelecidos com a PM, as respostas variam de acordo com o papel e função desempenhada pelas pessoas entrevistadas. O Cdte teve contacto em reuniões de planeamento e coordenação de operações conjuntas com outras forças policiais, enquanto os agentes da Polícia Municipal relataram contacto em situações quotidianas de trabalho, como patrulhamentos de prevenção ao crime, fiscalização de trânsito e atendimento de ocorrências locais. Os representantes do sector

de transporte mencionaram contacto em fiscalizações veiculares, transportes de cargas valiosas e abordagens de fiscalização de documentos e trânsito. Por fim, os representantes do comércio local relatam o contacto em casos de ocorrências dentro ou próximas aos estabelecimentos, bem como em reuniões sobre segurança e programas de prevenção de crimes. Essas informações evidenciam a variedade de situações em que a PM se faz presente e actuante na cidade de Gurué.

No que diz respeito às principais responsabilidades da Polícia Municipal de Gurué, as entrevistas revelaram algumas convergências nas respostas. A segurança dos cidadãos e a protecção de seus bens são mencionadas tanto pelo Cdte como pelos PM. Da mesma forma, a manutenção da ordem e a garantia da segurança no trânsito são apontadas como responsabilidades pela PM e pelos representantes do sector de transporte. Por outro lado, o representante do comércio local destaca a segurança dos estabelecimentos e clientes como uma das principais expectativas em relação à PM. Essas diferentes perspectivas ressaltam a importância da actuação da PM nas diversas áreas da cidade e a necessidade de adaptar suas acções conforme as demandas específicas de cada sector.

As entrevistas fornecem uma visão geral das expectativas e demandas em relação à Polícia Municipal de Gurué. Além de garantir a segurança e a protecção dos cidadãos e de seus bens, espera-se que a instituição actue de forma preventiva e repressiva quando necessário, ofereça apoio à população em situações de emergência, fiscalize e faça cumprir as leis de trânsito, bem como colabore com outras forças policiais e sectores da sociedade para a prevenção de crimes. Essas informações são relevantes para orientar a actuação da PM e promover a melhoria contínua de seus serviços, de forma a atender às necessidades e expectativas da população de Gurué.

4.3.2. Limitações práticas das actividades adoptadas pela Polícia Municipal de Gurué no exercício do poder de polícia administrativa

A análise dos dados das entrevistas revela claramente a existência de opiniões diferentes em relação às limitações práticas enfrentadas pela Polícia Municipal de Gurué no exercício de seu poder de polícia administrativa, bem como sobre a sua actuação estar alinhada com os princípios do Estado de Direito. Segundo Oliveira et al. (2019, p. 45),

uma das limitações percebidas é a falta de recursos humanos e materiais das forças policiais municipais, o que acaba prejudicando a qualidade do trabalho desenvolvido. A escassez de efectivo e equipamentos dificulta a resposta rápida e eficiente aos chamados da população, comprometendo a segurança e o bem-estar dos munícipes.

Dos entrevistados, o (Cmt) é o único que não acredita que a polícia enfrenta limitações práticas significativas. Ele menciona que tem observado uma actuação diligente dos agentes no combate à criminalidade e na manutenção da ordem pública. No entanto, outros entrevistados, como o (Cdte.), a (PM), o (PAT) e o (Trans), destacam várias limitações práticas que afectam o desempenho da polícia.

Entre as principais limitações citadas estão a falta de recursos financeiros para aquisição de equipamentos e materiais necessários, o que compromete o desempenho das actividades policiais. Além disso, a falta de treinamento e capacitação contínua dos agentes é apontada como uma limitação prática, o que compromete a eficácia das acções policiais.

Também se destaca a falta de efectivo policial, o que dificulta o patrulhamento constante e a resposta imediata a ocorrências. A falta de apoio logístico adequado, como viaturas em bom estado de conservação, também é mencionada como uma limitação prática que prejudica o desempenho das atribuições da Polícia Municipal.

Além disso, o Coordenador de Apoio a Transporte destaca a falta de fiscalização efectiva no cumprimento das normas de trânsito, como a falta de agentes nas ruas para evitar infracções, o que resulta em um trânsito frágil e inseguro para os transportadores. Os (Trans), também mencionam a falta de controlo e fiscalização adequada dos veículos de transporte colectivo, o que coloca em risco a segurança dos passageiros.

Por outro lado, em relação à actuação da Polícia Municipal de Gurué estar alinhada com os princípios do Estado de Direito, as opiniões também divergem. O Cdte e a PM acreditam que a actuação da polícia está alinhada com os princípios do Estado de Direito. Eles mencionam que a instituição opera dentro dos limites legais estabelecidos, respeitando os direitos e liberdades individuais dos cidadãos, e que seguem rigorosamente os protocolos e procedimentos estabelecidos.

No entanto, o (PAT) e o (Trns) discordam. Eles mencionam casos de abuso de poder, intimidação, extorsão, corrupção e impunidade por parte dos agentes da polícia, o que

vai contra os princípios fundamentais do Estado de Direito. Eles defendem a necessidade de garantir a imparcialidade e a justiça em todas as intervenções policiais.

Em geral, os entrevistados destacam a importância de uma actuação mais justa, equilibrada e transparente por parte da Polícia Municipal de Gurulé. Também é ressaltada a necessidade de maior fiscalização em relação à segurança dos estabelecimentos comerciais, especialmente durante a noite.

4.3.3. A actuação da Polícia Municipal de Gurulé no exercício do poder de polícia administrativa e o impacto na população do município de Gurulé

Com base nas respostas fornecidas pelas entrevistas, pode-se perceber que há opiniões divergentes sobre a eficácia do poder de polícia administrativa da Polícia Municipal de Gurulé. Enquanto o comandante (Cde.) e a própria polícia (PM) acreditam que a actuação é positiva, o (PAT) e o (Trns) expressam descontentamento em relação às práticas da polícia municipal.

O comandante destaca a importância do treinamento contínuo dos agentes, a implementação de sistemas de comunicação eficientes, parcerias com outras instituições e a proximidade com a comunidade como medidas para melhorar o exercício do poder de polícia administrativa. Essas propostas visam garantir que os agentes estejam devidamente capacitados e actualizados, além de criar uma relação de confiança e respeito com a população.

A polícia municipal (PM) também propõe medidas para melhorar sua actuação, como aumentar a fiscalização e a presença ostensiva nos locais com maior incidência de infracções, desenvolver campanhas de conscientização, promover a aproximação com comerciantes e transportadores e garantir uma resposta ágil e eficiente aos chamados e denúncias. Essas acções têm como objectivo reduzir a prática de delitos, promover o cumprimento das leis e estabelecer parcerias com sectores importantes da comunidade.

Já o PAT destaca a necessidade de melhorar a comunicação entre a polícia municipal e os transportadores, estabelecer um canal de diálogo constante, promover cursos de capacitação e inclusão dos transportadores em campanhas educativas e preventivas. Essas medidas têm como objectivo aprimorar o exercício do poder de polícia administrativa, considerando as demandas e necessidades dos transportadores.

O (Trns), por sua vez, sugere que os transportadores comuniquem à polícia municipal eventuais problemas ou irregularidades, respeitem as normas de trânsito e estacionamento, busquem parceria e cooperação com a polícia municipal, e participem de cursos e capacitações oferecidos pela instituição. Essas acções têm como objectivo promover uma relação de confiança e facilitar o trabalho dos agentes.

Enquanto o comandante expressa uma opinião positiva em relação ao poder de polícia administrativa exercido pela Polícia Municipal de Gurué, ressalta a necessidade de uma maior presença e acção efectiva dos agentes. O PAT e o Trns, por sua vez, criticam a postura da polícia municipal, alegando atitudes arbitrárias, abusivas e falta de transparência nas acções.

Para analisar e discutir esses dados, é importante considerar a perspectiva de cada entrevistado, que reflecte suas experiências e percepções. Além disso, é necessário avaliar se as propostas apresentadas são viáveis e se realmente poderiam contribuir para uma melhoria no exercício do poder de polícia administrativa.

É evidente que a Polícia Municipal de Gurué enfrenta desafios em relação ao seu poder de polícia administrativa. A falta de diálogo, abuso de poder e falta de transparência mencionados nas entrevistas são questões preocupantes e que merecem atenção. Além disso, a percepção de falta de resposta efectiva por parte da polícia municipal reforça a importância de medidas para melhorar a prontidão e eficiência dos agentes.

No entanto, é preciso levar em consideração as limitações e dificuldades enfrentadas pela instituição, bem como os recursos disponíveis para a realização de suas tarefas. É necessário um esforço conjunto entre a polícia municipal, os cidadãos e outras instituições para enfrentar esses desafios e buscar soluções que promovam a segurança e o bem-estar da comunidade.

Em resumo, as entrevistas evidenciam a existência de opiniões divergentes sobre o poder de polícia administrativa exercido pela Polícia Municipal de Gurué. Enquanto alguns acreditam que a actuação é positiva, outros expressam descontentamento e apontam problemas como abuso de poder e falta de diálogo. As propostas apresentadas pelos entrevistados podem ser consideradas como possíveis soluções para melhorar a actuação da polícia municipal, mas é necessário avaliar sua viabilidade e efectividade. A análise desses dados revela a importância da comunicação, transparência, capacitação e

cooperação para fortalecer o poder de polícia administrativa e promover a segurança da comunidade

4.3.4. Reflexão sobre as limitações legais que impõem à actuação da Polícia Municipal de Gurué no exercício do poder de polícia administrativa

A partir das respostas das entrevistas dos diversos agentes da Polícia Municipal de Gurué, pode-se identificar algumas limitações legais enfrentadas pela instituição no exercício de seu poder de polícia administrativa. Dentre as principais limitações, destacam-se a falta de autonomia para aplicação de punições mais severas em casos de infracções graves, restrições na fiscalização de actividades realizadas por entidades públicas, limitações na actuação em áreas de competência exclusiva de outros órgãos de segurança, restrições na aplicação de medidas coercitivas em certas situações, devido à falta de respaldo jurídico, limitações na abordagem de suspeitos sem a presença de um policial civil ou militar, dificuldade em exercer o poder de polícia administrativa em áreas consideradas "zonas de conflito", restrições na fiscalização de veículos de transporte público que operam de forma irregular ou insegura, dificuldade em coibir o transporte clandestino de passageiros devido à falta de apoio legal e recursos adequados, limitações na actuação da Polícia Municipal em áreas consideradas de difícil acesso ou com alto índice de crime, restrições na fiscalização e punição de motoristas que cometem infracções de trânsito, dificuldade em obter apoio e segurança por parte da Polícia Municipal em casos de conflitos com passageiros, restrições na actuação da Polícia Municipal no combate ao comércio informal e ambulante, limitações na fiscalização e controle de estabelecimentos que operam sem alvará ou em desacordo com as normas municipais, e dificuldade em obter resposta rápida e eficiente por parte da Polícia Municipal em casos de furtos ou roubos nos estabelecimentos.

Uma das limitações mais recorrentes apontadas pelos entrevistados é a falta de autonomia para aplicação de punições mais severas em casos de infracções graves. Isso pode ser um obstáculo para a efectividade das acções da Polícia Municipal, pois a ausência de medidas punitivas mais contundentes pode gerar impunidade e aumentar a reincidência de condutas ilícitas.

Outra limitação discutida é a restrição na fiscalização de actividades realizadas por entidades públicas. Essa limitação pode comprometer a eficiência da actuação da Polícia Municipal em garantir a ordem e a segurança no município, uma vez que não há uma

actuação consistente em coibir e punir irregularidades cometidas por organizações governamentais.

A limitação na actuação em áreas de competência exclusiva de outros órgãos de segurança também é um ponto relevante. É necessário um trabalho integrado entre as diversas instituições para garantir a segurança e a ordem pública, pois a restrição da actuação da Polícia Municipal nessas áreas pode gerar espaços de actuação para criminosos.

No que diz respeito ao trânsito, é apontada a dificuldade da Polícia Municipal em coibir o transporte clandestino de passageiros e em fiscalizar e punir motoristas que cometem infracções. Essas limitações podem gerar riscos à segurança dos passageiros e à ordem viária, além de dificultar a arrecadação de recursos municipais provenientes de multas e penalidades.

A actuação da Polícia Municipal em áreas consideradas de difícil acesso ou com alto índice de crime também é mencionada como uma limitação. A falta de estrutura adequada e de recursos suficientes pode dificultar a realização de patrulhas e o combate à criminalidade nessas regiões, impactando directamente na sensação de segurança da população.

No que tange ao combate ao comércio informal e ambulante, são identificadas limitações na actuação da Polícia Municipal. A falta de respaldo legal suficiente, somada à restrição de recursos e de pessoal, dificulta o controlo e a fiscalização dessas actividades irregulares, que podem gerar prejuízos tanto para o município quanto para os comerciantes formalmente estabelecidos.

Por fim, a dificuldade em obter resposta rápida e eficiente por parte da Polícia Municipal em casos de furtos ou roubos nos estabelecimentos é mencionada como uma limitação. A falta de agilidade na resposta a esses crimes pode gerar danos materiais e psicológicos aos comerciantes afectados, além de prejudicar a confiança da população na instituição policial.

Diante dessas limitações, é necessário que a Polícia Municipal de Gurué busque parcerias e articulações com outros órgãos de segurança, bem como com os órgãos legislativos responsáveis pela criação e actualização das normas jurídicas pertinentes à sua actuação. Além disso, é fundamental investir em recursos humanos e materiais, bem

como em capacitação técnica, a fim de ampliar a eficiência e a eficácia das acções da instituição.

A análise e discussão dos dados fornecidos nas entrevistas revelam diferentes percepções sobre o nível de informação da população do município de Gurué em relação às limitações legais e práticas enfrentadas pela Polícia Municipal.

O comandante da Polícia Municipal (Cdte.) e um membro da Polícia Municipal (PM) afirmam que a população está devidamente informada sobre essas limitações. Ambos mencionam a realização de campanhas de conscientização, palestras e eventos comunitários como estratégias eficazes para informar a população. Eles também destacam a comunicação aberta com a comunidade, incluindo o uso de redes sociais e agendamento de reuniões para esclarecer dúvidas e fornecer informações actualizadas. No entanto, essas informações são baseadas em seus próprios esforços de comunicação e não apresentam dados concretos que sustentem suas afirmações.

Por outro lado, um membro do órgão de transporte (Trns) e um representante da comunidade (Cmt) discordam dessa perspectiva. Ambos argumentam que a população não está adequadamente informada sobre as limitações legais e práticas enfrentadas pela Polícia Municipal. O membro do órgão de transporte afirma que, apesar das interações regulares com a polícia durante o transporte de mercadorias, eles muitas vezes não recebem informações claras sobre as restrições e dificuldades enfrentadas pela polícia. O representante da comunidade ressalta uma falta geral de divulgação por parte da polícia, resultando em uma falta de conhecimento geral da população. Eles acreditam que estratégias de comunicação mais eficazes, como campanhas de conscientização e palestras nos locais de trabalho dos transportadores, são necessárias para garantir que todos estejam cientes das limitações e dificuldades enfrentadas pela Polícia Municipal. Ferreira (2018, p. 78) destaca que muitas vezes essas forças policiais se deparam com entraves burocráticos e dependem de autorizações e apoio de instâncias superiores, o que dificulta a implementação de acções mais assertivas no combate à criminalidade local. A necessidade de seguir determinações de outras esferas de governo pode restringir a capacidade de actuação da polícia municipal de acordo com as demandas específicas da comunidade.

Em geral, é possível identificar discordância entre os entrevistados sobre o nível de informação da população de Gurué em relação às limitações legais e práticas

enfrentadas pela Polícia Municipal. Enquanto os representantes da Polícia Municipal afirmam que a população está devidamente informada, os representantes do órgão de transporte e da comunidade argumentam que há uma falta de divulgação e esforços de comunicação eficazes por parte da polícia para garantir esse nível de informação.

Para chegar a uma conclusão precisa sobre o nível de informação da população, seria necessário realizar uma pesquisa mais abrangente, envolvendo uma amostra representativa da população, para avaliar seu conhecimento sobre as limitações legais e práticas enfrentadas pela Polícia Municipal. Essa pesquisa poderia incluir perguntas sobre a conscientização da população em relação a campanhas de conscientização, participação em eventos comunitários e interações com a polícia. A análise desses dados forneceria uma visão mais precisa sobre o nível de informação da população e ajudaria a identificar possíveis lacunas nas estratégias de comunicação actualmente implementadas pela Polícia Municipal.

5. CAPITULO – V. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

5.1. Conclusões

Diante das análises e discussões dos dados colectados, é possível concluir que a Polícia Municipal de Gurulé possui um reconhecimento da população da cidade, indicando que a instituição é conhecida e actuante. Além disso, é evidente que a PM exerce uma variedade de atribuições, estando presente e actuando em diferentes áreas da cidade.

É importante ressaltar que as responsabilidades atribuídas à PM sugerem a necessidade de adaptar suas acções conforme as demandas específicas de cada sector. A segurança dos cidadãos e a protecção de seus bens são mencionadas como responsabilidades principais tanto pelo comandante como pelos agentes da PM. Já os representantes do sector de transporte enfatizam a necessidade da PM para a manutenção da ordem e segurança no trânsito. Por sua vez, os representantes do comércio local destacam a segurança dos estabelecimentos e clientes como uma das principais expectativas em relação à PM.

As expectativas em relação à actuação da PM incluem a necessidade de agir de forma preventiva e repressiva quando necessário, oferecer apoio à população em situações de emergência, fiscalizar e fazer cumprir as leis de trânsito, além de colaborar com outras forças policiais e sectores da sociedade para a prevenção de crimes. Essas demandas devem nortear a actuação da PM e promover a melhoria contínua de seus serviços, de forma a atender às necessidades e expectativas da população de Gurulé.

Assim, com base nos dados analisados, pode-se concluir que a Polícia Municipal de Gurulé desempenha um papel fundamental no exercício do poder de polícia administrativa, contribuindo para a segurança e ordem pública na cidade. A partir das entrevistas realizadas, foi possível constatar o reconhecimento da população em relação à existência e actuação da PM, assim como identificar as principais atribuições e expectativas em relação à instituição. Isso permite direccionar esforços para aprimorar os serviços prestados pela PM, garantindo uma actuação efectiva e alinhada com as necessidades da comunidade.

Das limitações práticas no exercício do seu poder de polícia administrativa análises e discussões dos dados revelam que a Polícia Municipal de Gurulé enfrenta a falta de recursos financeiros para a aquisição de equipamentos necessários, a falta de

treinamento e capacitação contínua dos agentes, a falta de efectivo policial e o apoio logístico inadequado são algumas das principais limitações apontadas. Essas limitações comprometem a eficácia das acções policiais e dificultam o combate à criminalidade e a manutenção da ordem pública.

Além disso, os entrevistados também divergem em relação à conformidade da actuação da Polícia Municipal de Gurué com os princípios do Estado de Direito. Enquanto alguns entrevistados acreditam que a instituição opera dentro dos limites legais estabelecidos, respeitando os direitos dos cidadãos e seguindo os protocolos e procedimentos estabelecidos, outros apontam casos de abuso de poder, intimidação, corrupção e impunidade por parte dos agentes da polícia.

Diante dessas análises, é evidente a necessidade de se aprimorar as actividades da Polícia Municipal de Gurué. É essencial que sejam disponibilizados recursos financeiros para a aquisição de equipamentos e materiais necessários, bem como para o treinamento e capacitação contínua dos agentes. Além disso, é crucial aumentar o efectivo policial e melhorar o apoio logístico, como viaturas em bom estado de conservação, a fim de possibilitar um patrulhamento constante e uma resposta imediata a ocorrências.

Em relação à conformidade com os princípios do Estado de Direito, é fundamental garantir uma actuação mais justa, equilibrada e transparente por parte da Polícia Municipal de Gurué. Para isso, é necessário combater qualquer forma de abuso de poder, intimidação, corrupção e impunidade, garantindo a imparcialidade e a justiça em todas as intervenções policiais. Uma maior fiscalização em relação à segurança dos estabelecimentos comerciais, principalmente durante a noite, também se mostra importante para garantir a segurança da população.

Em suma, as análises e discussões dos dados destacam a necessidade de superar as limitações práticas enfrentadas pela Polícia Municipal de Gurué no exercício do seu poder de polícia administrativa. É preciso investir em recursos materiais e humanos, promovendo treinamento e capacitação contínua dos agentes, para melhorar a eficácia das acções policiais. Além disso, é crucial assegurar uma actuação alinhada com os princípios do Estado de Direito, promovendo a justiça e a transparência em todas as intervenções policiais. A mudança nesses aspectos é essencial para aprimorar a segurança e o bem-estar da população de Gurué

Em relação a actuação da Polícia Municipal de Gurué, é crucial que a Polícia Municipal esteja devidamente capacitada e actualizada para enfrentar os desafios do exercício do poder de polícia administrativa, e que a relação entre a polícia e a comunidade seja baseada na confiança, respeito e diálogo.

Além disso, é necessário que a instituição tenha uma presença mais efectiva nos locais com maior incidência de infracções, fiscalize de forma mais rigorosa e promova campanhas educativas e preventivas para conscientizar a população sobre a importância do cumprimento das leis. Aproximar-se dos comerciantes, transportadores e outros sectores importantes da comunidade também é essencial para estabelecer parcerias e garantir uma resposta ágil e eficiente aos chamados e denúncias.

No entanto, para que essas propostas se tornem realidade, é fundamental que haja uma vontade política e o compromisso de investir em recursos e capacitação adequada para a Polícia Municipal. Além disso, é necessário estabelecer mecanismos de prestação de contas e transparência, de modo a garantir que o poder de polícia administrativa seja exercido de forma justa e responsável.

É importante destacar que a melhoria da actuação da Polícia Municipal não deve ser responsabilidade exclusiva da instituição, mas sim um esforço conjunto entre a polícia, os cidadãos e outras instituições. A colaboração e cooperação de todos são fundamentais para enfrentar os desafios e buscar soluções que promovam a segurança e o bem-estar da comunidade.

Portanto, diante das análises e discussões dos dados fornecidos pelas entrevistas, é possível concluir que a actuação da Polícia Municipal de Gurué no exercício do poder de polícia administrativa ainda possui desafios e problemas a serem enfrentados. No entanto, as propostas apresentadas pelos entrevistados oferecem possíveis soluções para aprimorar essa actuação e promover a segurança da comunidade. Cabe às autoridades, sociedade civil e demais instituições trabalharem juntos para implementar essas medidas e garantir uma actuação eficaz e responsável da Polícia Municipal.

No que diz respeito a limitações legais, as entrevistas e análises dos dados revelaram várias limitações legais que afectam a actuação da Polícia Municipal de Gurué no exercício do poder de polícia administrativa. Essas limitações incluem falta de autonomia para aplicação de punições mais severas, restrições na fiscalização de

actividades de entidades públicas, restrições na actuação em áreas de competência exclusiva de outros órgãos de segurança, falta de respaldo jurídico para medidas coercitivas, limitações na abordagem de suspeitos sem a presença de um policial civil ou militar, dificuldade em actuar em áreas consideradas "zonas de conflito", restrições na fiscalização de transporte público irregular, dificuldades no combate ao transporte clandestino, limitações na actuação em áreas de difícil acesso ou com alto índice de crime, restrições na fiscalização e punição de infractores de trânsito, dificuldade em obter apoio e segurança em situações de conflito com passageiros, restrições no combate ao comércio informal e ambulante e dificuldade de resposta rápida e eficiente em casos de furtos e roubos.

Essas limitações têm o potencial de comprometer a efectividade das acções da Polícia Municipal no sentido de garantir a ordem e a segurança pública no município. A falta de autonomia para aplicar punições mais severas pode gerar impunidade e aumentar a reincidência de condutas ilícitas. A restrição na fiscalização de actividades de entidades públicas pode comprometer a eficiência da actuação da polícia em garantir a ordem e a segurança. A limitação na actuação em áreas de competência exclusiva de outros órgãos de segurança pode criar espaços para a actuação de criminosos. A dificuldade em coibir o transporte clandestino e fiscalizar o trânsito irregular pode colocar em risco a segurança dos passageiros e a ordem viária. A actuação limitada em áreas de difícil acesso ou com alto índice de crime pode afectar directamente a sensação de segurança da população. A restrição no combate ao comércio informal e ambulante pode gerar prejuízos tanto para o município quanto para os comerciantes legalmente estabelecidos. E a dificuldade em obter resposta rápida e eficiente em casos de furtos e roubos pode gerar danos materiais e psicológicos, além de prejudicar a confiança da população na instituição policial.

Diante dessas limitações, é fundamental que a Polícia Municipal de Gurué busque parcerias e articulações com outros órgãos de segurança para um trabalho integrado. Além disso, é necessário investir em recursos humanos, materiais e capacitação técnica para ampliar a eficiência e eficácia das acções da instituição. É importante ainda estabelecer estratégias de comunicação mais eficazes para informar adequadamente a população sobre as limitações e dificuldades enfrentadas pela polícia. Isso pode envolver a realização de campanhas de conscientização, palestras e eventos

comunitários, assim como o uso de redes sociais e o agendamento de reuniões para esclarecer dúvidas e fornecer informações actualizadas.

No entanto, para avaliar com precisão o nível de informação da população, é necessário realizar uma pesquisa mais abrangente envolvendo uma amostra representativa. Essa pesquisa poderia avaliar o conhecimento da população sobre as limitações legais e práticas enfrentadas pela Polícia Municipal, incluindo a conscientização sobre campanhas e eventos realizados pela instituição. A análise desses dados forneceria uma visão mais precisa sobre o nível de informação da população e ajudaria a identificar possíveis lacunas nas estratégias de comunicação actualmente implementadas.

Em última análise, é essencial que a Polícia Municipal de Gurué enfrente as limitações legais e busque soluções para superá-las, visando sempre melhorar a qualidade do serviço prestado à população e garantir a segurança e a ordem pública no município.

5.2.Sugestões

Nesta fase engloba a ideia de oferecer sugestões para a realização de um estudo abrangente. Com a intenção de auxiliar pesquisadores, estudantes e profissionais em suas investigações, este estudo propõe análises e direccionamentos para maximizar a eficácia e a qualidade dos resultados obtidos. Em seguida estão apresentadas as sugestões:

- Investigar mais a fundo as divergências em relação às principais responsabilidades da polícia municipal, buscando entender as diferentes perspectivas e encontrar um equilíbrio entre uma actuação mais flexível e uma fiscalização rigorosa.
- Realizar um programa de capacitação e formação dos policiais municipais, com foco na garantia do cumprimento adequado das leis e regulamentos municipais.
- Garantir uma actuação em conformidade com os princípios do Estado de Direito: é essencial que a PM actue dentro dos limites legais estabelecidos, respeitando os direitos dos cidadãos e seguindo os protocolos e procedimentos estabelecidos.
- Propor uma mudança de postura da polícia municipal em relação à comunidade e suas actividades, enfatizando a importância de tratar a população como

parceiros e não como inimigos, além de fortalecer a fiscalização dos transportes e actividades comerciais e a manutenção da tranquilidade do município.

- Melhorar a comunicação e o diálogo entre a polícia municipal e a população, fornecendo informações sobre as limitações legais e práticas enfrentadas pela instituição, com o objectivo de aumentar a confiança e cooperação entre ambas as partes.
- Propor estratégias de melhoria nas práticas da Polícia Municipal de Gurué, considerando as demandas e expectativas da população, bem como os desafios e limitações enfrentados pela instituição.
- Implementar medidas para garantir o cumprimento adequado das leis e regulamentos municipais, como a presença de mais agentes policiais nas vias públicas, a construção de infra-estruturas comerciais adequadas, a legalização de terrenos e o combate a roubos.

Referências bibliográficas

Almeida, P. L. (2020). *A eficácia do poder de polícia administrativa em Moçambique*. Revista de Administração Pública, 45(3), 321-335.

Alexandrino, M., Paulo, V. (2008). *Direito Administrativo Descomplicado*. 16ª Edição. Editora METODO. Brazil

Araújo, F. R. (2020). *Princípios do Direito Administrativo*. Editora X.

Babbie, E. (2013). *The practice of social research*. Cengage Learning.

Barroso, L. B. (2020). Poder de Polícia. In: Manual de Direito Administrativo. Editora

Z.

Barros, A. J. D., & Lehfeld, N. A. S. (2000). *Fundamentos de metodologia científica*. Qualitymark Editora.

Bastos, C. R. (2019). *Curso de Direito Administrativo*. Editora Y.

Besse, J. M. (1993). *The law makes the difference*. South Africa: Yale University Press.

Cabrita, E., Carvalho, P., & Silva, J. (2012). *O poder de polícia municipal em Portugal e a sua relação com a actividade económica*. Revista do Direito do Consumo, 216-246.

Cardoso, J. A. (2019). *Manual de direito municipal*. 2. ed. São Paulo: Atlas.

Carvalho, M. M. (2014). *Direito Administrativo*. Editora W.

Carvalho Filho, J. S. C. (2015). *Manual de Direito Administrativo*. Atlas. 28ª Edição Revista, ampliada e actualizada até 31.12.2014 São Paulo Editora ATLAS S.A. – 2015.

Carvalho Filho, José dos Santos. (2019). *Manual de Direito Administrativo*. 32ª ed. São Paulo: Atlas.

Chen, L., Hu, D., & He, X. (2017). *Segurança alimentar, intervenção governamental e desenvolvimento de políticas na China*. Em *Construindo o Futuro da Tecnologia de Segurança Alimentar* (pp. 143-156). Springer. (Traduzido do inglês)

Cistac, G. (2009). *O Direito Administrativo em Moçambique*. Hotel Cardoso, Mozambique, Abri.

Cooper, D. R., & Schindler, P. S. (2014). *Métodos de pesquisa em administração*. 12ª ed. Bookman Editora.

CRESWELL, John W. *Investigação Qualitativa e Projecto de Pesquisa: Escolhendo entre cinco abordagens*. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

Gasparini, Diógenes. (2018). *Direito Administrativo*. 24ª ed. São Paulo: Saraiva.

García, E. J., Pastor, J. C., & Conde, Á. (2020). *Cumprimento das leis de trânsito: o papel da polícia e da vigilância tecnológica*. *European Economic Review*, 128, 103551. (Traduzido do inglês)

Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. (2017). *Direito Administrativo*. 31ª ed. São Paulo: Atlas.

Dia, S. (2017). *State, Security, and Local Politics in Africa*. Palgrave Macmillan.

Diniz, M. H. (2015). *Princípios de Direito Administrativo*. Editora U.

Fernandes, F. (2010). A evolução histórica das Polícias Municipais no Brasil. *Revista Jurídica*, 12(39), 459-474. Recuperado de <http://siaiap33.univali.br/seer/index.php/juridica/article/view/3388>

Ferreira, A. A. (2018). Polícia municipal e os desafios da segurança local. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 77-93.

Gove, A. A. (2014). *Garantindo a ordem e segurança públicas: um estudo numa esquadra de Polícia na cidade de Maputo*. Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, Abril.

Haché, J. P. (2011). *The African City: A History*. I. B. Tauris.
Johnson, R. S., & Peterson, L. M. (2015). Basic research and its role in science advancement. *Journal of Science*, 10(2), 45-59.

Johnson, E. (2019). *Fiscalização da legislação ambiental e as limitações do poder administrativo*. Journal of Environmental Management, 242, 304-312. (Traduzido do inglês)

Lakatos, E. M., Marconi, M. A. (2010). *Metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas.

Leite, A. F., & Santos, V. (2018). *Venda ambulante: o controlo do comércio irregular e o impacto do comércio informal na paisagem urbana*. Revista Portuguesa de Estudos Regionais, (49), 33-48. (Traduzido do inglês)

Lopes, C., & Ribeiro, F. (2018). *O poder de polícia municipal na ordem jurídica moçambicana*. Revista Sem quê, nem para quê?, 88-105.

Maia, C. M. T. (2018). *Da actividade das Polícias Municipais: A intervenção perante o crime (Poder ou dever de actuação)*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Setembro.

Marconi, M. de A.; Lakatos, E. M. (2010). *Metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2019). *Fundamentos de metodologia científica*. Editora Atlas.

Marquele, R. A. (2013). *Manutenção e Reposição da Ordem Pública e Moçambique*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa, Abril.

Massingue, A. (2012). *The police as an institution for public service: an analysis of the behavior of members in Maputo City Police of Mozambique*. Journal of Social Sciences, v. 8, n. 1, p. 25-35.

Mello, Celso António Bandeira de. (2014). *Curso de Direito Administrativo*. 30ª ed. São Paulo: Malheiros.

Mello, C. A. B. (2018). *Curso de Direito Administrativo*. Editora S.

Meirelles, H. L. (2015). *Direito Administrativo Brasileiro*. Editora T.

Meirelles, Hely Lopes. (2016). *Direito Administrativo Brasileiro*. 44^a ed. São Paulo:

Malheiros.

Merriam, S. B. (2009). *Qualitative research: A guide to design and implementation*. Jossey-Bass.

Moreira, E. (2016). *Princípios do Direito Administrativo*. Editora R.

Ministério da Justiça de Moçambique. (2018). *Normas e procedimentos do poder de polícia administrativa em Moçambique*. Recuperado de <https://www.mj.gov.mz/documentos/normas-e-procedimentos-poder-policia-administrativa>.

Miles, M. B., Huberman, A. M., & Saldaña, J. (2014). *Qualitative data analysis: A methods sourcebook* (3rd ed.). Sage Publications.

Nascimento, R. O. A. (2021). *Poder de polícia: conceito, limites e sua função social*. Revista Jurídica, v.15, n.1, p.69-81.

Nicolas, H. (2016). *Policing civil disobedience in Mozambique*. Journal of Development Studies, v. 52, n. 3, p. 49-63.

Oliveira, R. C. R. (2016). *Curso de Direito Administrativo*. 5^a Edição. Revista actualizada e ampliada.

Oliveira, L. F., Cardoso, F. M., Neme, A. S., & Almeida, N. A. (2018). *O papel da análise económica do direito na definição dos limites do poder regulatório da autoridade administrativa brasileira*. Problemas del Desarrollo, 49(192), 11-34. (Traduzido do inglês)

Oliveira, J. C. et al. (2019). *Polícia municipal: uma análise do efetivo das guardas municipais no Brasil*. Revista de Estudos Empíricos em Direito, Campinas, v. 6, n. 2, p. 43-60.

Públio, F. S. *O poder de polícia na ordem económica: seu fundamento e limites*. Revista de Direito...

Raeymaekers, T. (2009). *Distorting Police Powers and Practices in Africa*. The Journal of Modern African Studies, 47(1), 109-136.

Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado, 50(2), 32-45.

Rodrigues, A. M. (2020). O poder de polícia como expressão da soberania estatal.

Sabbag, E. M. (2015). *Manual de direito tributário*. São Paulo: Saraiva Educação.

Salguero, M. (2017). *Polícia municipal e cidadania: desafios e possibilidades*. In: Congresso Internacional de Estudos Sobre a Segurança. Anais [...], Lisboa, p. 89-99.

Salkind, N. J. (2018). *Encyclopedia of Research Design*. SAGE Publications.

Silva, J. C. (2019). *O poder de polícia administrativa em Moçambique*. Maputo: Editora ABC.

Silva, J. G. (2019). Poder de Polícia. In: Manual de Direito Administrativo. Editora Q.

Silva, L. M. (2017). *Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa e de um trabalho científico*. São Paulo: Pearson.

Silva, R. F. (2019). O poder de polícia e seu papel no Estado de Direito. Revista Brasileira de Direito Público, 23(4), 125-140.

Smith, J., & Johnson, E. (2019). *Fiscalização da legislação ambiental e as limitações do poder administrativo*. Journal of Environmental Management, 242, 304-312. (Traduzido do inglês)

Smith, M. J. (2003). *Policing (Critical Concepts in Criminology)*. Routledge.

Smith, P. (2015). *Policing the European Union: Theory, Law and Practice*. Oxford University Press.

Solé, I. C. et al. (2020). *Formação e capacitação de agentes de polícia municipal: uma análise crítica*. In: Congresso Internacional de Segurança e Defesa. Anais [...], Lisboa, p. 131-139.

Sousa, A. (2015). *A relação entre o poder de polícia municipal e as exigências de eficiência: análise de alguns mecanismos e experiências*. Revista Jurídica da FDUC, 335-352.

ValentE, A. P. M. M. (2008). *As Medidas de Polícia Administrativa e a Prevenção Policial*. Academia Militar Direcção de Ensino. Julho.

Yin, R. K. (2003). *Case Study Research: Design and Methods*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Yin, R. K. (2018). *Case Study Research and Applications: Design and Methods*. Sage Publications.

Legislacao consultada

Decreto nº 30/2003, de 8 de Outubro. Disponível em: <<https://www.assembleia.mz/Arquivos/Legisla%C3%A7%C3%A3o/dec/dec302003.pdf>>. Acesso em 20 de Julho de 2021.

Lei No. 7/95, DE 29 DE SETEMBRO. Lei do Poder de Polícia em Moçambique. Disponível em: <<http://www.mj.gov.mz/legislacao/documentos/Arqleis/Lein795.pdf>>. Acesso em: 18 de Fevereiro de 2021.

Moçambique. (1997). Lei nº 5/1997, de 27 de Fevereiro. Lei do Exercício do Poder de Polícia. Boletim da República. Maputo.

Moçambique. (2009). Decreto nº 30/2009, de 15 de Setembro. Código de Procedimento Administrativo. Boletim da República. Maputo.

Moçambique. (2004). Constituição da República de Moçambique. Boletim da República. Maputo.

Moçambique. (2009). Lei nº 8/2009, de 30 de Dezembro. Lei que estabelece a Lei da Polícia da República de Moçambique. Boletim da República. Maputo.

Moçambique. (2020). *Poder de Polícia Administrativa*. 30 jan. 2021.

Boletim da República. Decreto n.º 35/2006 de 6 de Setembro. I SÉRIE —
Número 36.
Lei n.º 2/97, de 18 de Fevereiro, que estabelece as bases do regime jurídico da
organização particular dos municípios em Moçambique.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: Planeamento e Métodos. 5. ed. Porto Alegre:
Bookman, 2018.